



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALINE RODRIGUES CAVALCANTE DE SOUZA

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LÚDICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA**

BREVES-PA
2019

ALINE RODRIGUES CAVALCANTE DE SOUZA

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LÚDICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas, do Campus Universitário do Marajó – Breves, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes

ALINE RODRIGUES CAVALCANTE DE SOUZA

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LÚDICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas, do Campus Universitário do Marajó – Breves, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes (Orientador)

Prof. Dra. Ana Smith Santos (Examinador – UFPA)

Prof. Dra. Viviane Nunes da Silva Caetano (Examinador – UFPA)

Aprovado em: 18 / 10 / 2019
Resultado: _____

BREVES-PA
2019

A Deus, pois sem ele nada disso seria possível; aos meus pais, meu esposo e toda minha família que fizeram com que este sonho se tornasse realidade. Em especial, a todas as crianças e adolescentes acolhidos; que o lúdico torne-se rotina e que a alegria e o prazer de brincar nunca lhes deixe.

AGRADECIMENTOS

Ao bondoso Deus, pela graça, misericórdia e sabedoria que me concedeu para chegar até aqui, pois por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja dada toda honra, toda glória e todo louvor.

A minha família, que é minha base, e me forneceu todo apoio e suporte durante minha graduação. Meus pais Aurilena e Êxodo, meus irmãos: Juniel, Joriane, Elen, Elaine, Érika e Ester, os quais foram, essências para que essa vitória se concretizasse.

A meu esposo Max Neri, que esteve a meu lado durante esses anos, sempre me apoiando, dando suporte e incentivando para que nunca desistisse dos meus sonhos. Obrigada por sempre acreditar em mim, eu amo você!

A minha sogra e sogro, cunhadas, cunhados e sobrinhos por todo apoio e carinho dispensado a mim.

Minha gratidão a meu orientador Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes, com o qual me identifiquei desde o início do curso, obrigada pelos conselhos, palavras amigas e de incentivo, muito serviram para meu crescimento acadêmico e pessoal.

A todos os docentes que fizeram parte de nossa trajetória acadêmica e contribuíram de alguma forma para nossa formação.

Não poderia esquecer de agradecer as pessoas que colaboraram com esta pesquisa, atuantes na unidade de acolhimento, cuidadoras, pedagoga, coordenadora, crianças e adolescentes e demais envolvidos. Meu desejo é que a alegria e o prazer pela brincadeira sejam práticas constantes nesses espaços.

Aos colegas de curso que seguiram conosco desde o princípio desta caminhada, vocês foram primordiais nesse processo. A todos os amigos e irmãos que sempre torceram e oraram por mim, meu muito obrigada.

Reconhecer o lúdico é reconhecer a especificidade da infância: permitir que as crianças sejam crianças e vivam como crianças; é ocupar-se do presente, porque o futuro dele decorre; é esquecer o discurso que fala da criança e ouvir as crianças falarem por si mesmas.

Olivier (2013)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetivou analisar as contribuições das atividades lúdicas realizadas em um abrigo no município de Breves/PA para o desenvolvimento / formação das crianças em atendimento. Esta pesquisa propôs responder ao seguinte questionamento principal: Quais as contribuições das atividades lúdicas realizadas em um abrigo no município de Breves/PA para o desenvolvimento / formação das crianças em atendimento? As questões norteadoras atreladas a esse problema de pesquisa foram: O contexto do abrigo institucional de Breves/PA propicia o desenvolvimento infantil através da realização de atividades lúdicas? Em quais âmbitos da formação humana esse desenvolvimento é perceptível? Para sua concretização, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Posteriormente, foi escolhida a abordagem qualitativa, sendo que o tipo de pesquisa foi o estudo de caso, realizado em uma unidade de acolhimento institucional da zona urbana do município de Breves-PA. A técnica de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, foram aplicadas com 01 (uma) coordenadora, 01 (uma) pedagoga, 04 (quatro) cuidadoras/educadoras 01 (uma) criança e 01 (um) adolescente acolhido. Para fundamentar as discussões desta pesquisa, utilizamos quatro categorias, sendo estas: Ausência de brinquedos e materiais pedagógicos; Baixa frequência de atividades lúdicas e jogos no tempo livre dos acolhidos; Influência das atividades lúdicas no desenvolvimento infantil das crianças e adolescentes acolhidos; e Falta de espaço adequado para a prática e realização de jogos e atividades lúdicas. Os resultados da pesquisa apontam que são inegáveis as contribuições das atividades lúdicas para o desenvolvimento / formação das crianças em atendimento, as quais, através da brincadeira tem a oportunidade de desenvolver-se física, psicológica, cognitiva, social e afetivamente, dentre outros aspectos. Apesar de constatado de que as brincadeiras no contexto do abrigo pesquisado não ocorrerem de forma cotidiana, organizada e planejada, percebeu-se que as práticas lúdicas quando realizadas propiciam o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Atividades lúdicas. Unidade de Acolhimento Institucional. Desenvolvimento Infantil.

ABSTRACT

This study was aimed at analyzing the contributions of the ludic activities carried out in a shelter in Breves city, in PA State, for the children development/training in attendance. This research proposed answering the following main question: What are the contributions of recreational activities carried out in a shelter in the Breves/PA city for the development/training of children in attendance? The guiding questions linked to this research problem were: Does the context of the institutional shelter of Breves/PA enable child development through the realization of recreational activities? In what spheres of human formation is this development perceptible? To achieve this, a bibliographic research was initially conducted. Subsequently, the qualitative approach was chosen, and the type of research was the case study carried out in an institutional host unit of the urban area of the city of Breves-PA. The technique of data collection was the semi-structured interview, were applied with 01 (one) Educational Coordinator, 01 (one) pedagogue, 04 (four) Caregivers/Teachers, 01 (one) Child and 01 (one) adolescent welcomed. To substantiate the discussions of this research, we used four categories, which are: absence of toys and pedagogical materials; Low frequency of recreational activities and games in the free time of the welcomed; Influence of ludic activities on child development of children and adolescents welcomed; and lack of adequate space for the practice and realization of games and recreational activities. The results of the research indicate that the contributions of recreational activities to the development/training of children in attendance are undeniable, which, through play, has the opportunity to develop physical, psychological, cognitive, Socially and affectively, among other aspects. Although it was found that the games in the context of the shelter researched did not occur in a daily, organized and planned way, it was perceived that the playful practices when performed provide for child development.

Keywords: Playful activities. Institutional host unit. Child development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS NO BRASIL: DIREITO AO ACOLHIMENTO	20
2.1	Políticas públicas para a proteção da criança e adolescente brasileiras: limites e conquistas	20
2.2	Avanços da legislação internacional e nacional e a construção do paradigma da proteção integral	25
2.3	De crianças abandonadas a crianças abrigadas: retratos da realidade brasileira e brevesse	30
2.4	Abrigo no contexto do município de Breves-PA	34
3	AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	36
3.1	Contribuições das atividades lúdicas para desenvolvimento infantil de crianças abrigadas	36
3.2	A presença de atividades lúdicas no abrigo institucional do município de Breves-PA: descrição e análise	39
3.3	Contribuições específicas de atividades lúdicas para o desenvolvimento integral de crianças abrigadas a partir de algumas de suas necessidades	51
4	À GUIA DE CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICES	60

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se da importância das atividades lúdicas no desenvolvimento infantil e como as mesmas estimulam e contribuem para o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social da criança. Nesse sentido, o lúdico apresenta-se como parte essencial do ser humano.

Diante disso, o presente texto propõe analisar as formas de manifestação ou ausência de atividades lúdicas em um abrigo no município de Breves-PA.

Sobre a concepção de abrigo, Carvalho (1993, p.18), nos aponta que:

Abrigo é o nome dado a instituição que têm por objetivo acolher e proteger crianças em situação de risco pessoal e/ou social, ou seja, violados ou ameaçados em seus direitos básicos, seja por ação ou omissão do estado, pela falta, omissão ou abuso dos pais/ responsáveis, ou em razão da própria conduta.

Nesse sentido, vemos que o Abrigo Institucional tem um importante papel social, e se caracteriza como uma instituição de acolhimento provisório para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade. Destaca-se que o mesmo deve possuir condições adequadas para subsidiar a estadia dessas crianças e adolescentes o tempo que for necessário, pois como afirmam Ferreira e Rojas (2013, p. 07): “infelizmente há crianças que permanecem somente horas, outras ficam dias, meses ou até mesmo por anos”.

Ressalta-se que o documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2006) aponta diversas modalidades de atendimento em relação aos abrigos, quais sejam: Abrigo Institucional, Casa Lar, Serviços de Famílias Acolhedoras, Repúblicas. Contudo, a presente pesquisa vem tratar do Abrigo Institucional modalidade de atendimento utilizada na Unidade de Acolhimento do município de Breves/PA. Segundo Ferreira e Rojas (2013), embora empreguem ainda o termo “abrigo” nos dias atuais, em alguns documentos é perceptível a substituição por Unidades de Acolhimento ou Acolhimento Institucional.

Conforme o documento acima citado, a Unidade de Acolhimento Institucional define-se como:

Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o

retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta (BRASIL, 2006, p. 29).

Diante do exposto, abordamos neste texto o Abrigo Institucional do Município de Breves-PA. O mesmo está em funcionamento desde 22 de outubro de 2014, quando houve o reordenamento dos serviços de casa de passagem¹ para abrigo institucional:

Segundo o Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Breves, o reordenamento se deu por alguns fatores, dentre eles estava a necessidade de um período maior tempo de acolhimento, dada a natureza dos motivos que ocasionaram a retirada da criança ou adolescente do convívio familiar, que pediam maior tempo de acolhimento e como o atendimento prestado pela casa de passagem estabelecida a permanência por um período de até 72 horas, assim houve a necessidade de reordenar o serviço para a modalidade de abrigo (BRITO, 2015, p. 63).

Nesse sentido, é necessário que exista e seja mantido pelo poder público um local de acolhimento que possibilite condições para que essas crianças possam crescer saudáveis, com todos os direitos que lhes são assegurados por lei. Sendo assim, a implementação de atividades lúdicas nesse ambiente acolhedor com uma intencionalidade pedagógica possibilita às crianças vivenciarem significativas experiências, as quais são imprescindíveis no desenvolvimento infantil.

A escolha e o interesse pelo referido tema foi sendo construída a partir de nossa entrada na Universidade no ano de 2015 através de experiências vivenciadas na academia, experiências estas como o Estágio Curricular na educação infantil no ano de 2017, no qual tivemos a oportunidade de vivenciar a realidade da educação infantil e trabalhar o lúdico na escola.

Também participamos de projetos desenvolvidos em disciplinas, os quais foram realizados jogos e brincadeiras em alguns bairros da nossa cidade, assim como diversas atividades lúdicas realizadas durante o curso e sobretudo a participação no ano de 2016 como bolsista do projeto de extensão intitulado: “Elaboração de Atividades Ludo-Pedagógicas para o Desenvolvimento de Temas Geradores no Âmbito Do Currículo da Educação Infantil”, coordenado pelo Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes, no qual construímos e desenvolvemos jogos e atividades lúdicas para os vários níveis da educação infantil. Com isso, podemos

¹ Serviço de acolhimento imediato emergencial que conta com uma equipe profissional multidisciplinar preparada para receber e atender os usuários em qualquer horário. A tipificação dos serviços socioassistenciais direciona o atendimento a adultos e famílias. O acolhido permanece na instituição no prazo máximo de 72 horas, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para que desta forma possam ser realizados os encaminhamentos necessários (BRITO, 2015, p. 63).

nos identificar com mais afinco com o tema. Tais experiências nos levaram a um intenso anseio de estudar o tema Educação Lúdica.

Nessa lógica, a partir de minhas vivências no âmbito da ludicidade, e desenvolvimento de forma muito positiva das atividades lúdicas nos espaços em que me foi proposto, e ao conhecer superficialmente a existência de um abrigo institucional no município de Breves, surgiu o interesse em conhecer mais a fundo o local e possivelmente pesquisar o lúdico nesse ambiente. Dessa forma, busquei aliar o trabalho lúdico que já vinha desenvolvendo em outros espaços ao abrigo institucional.

Tais afirmações, acima destacadas, dentre outras, nos levaram ao interesse e o teor da temática deste trabalho, visto que o ambiente em que esta se implementou é de cunho restrito e muito pouco estudado. Assim, esta pesquisa foi positiva não só para os sujeitos que participaram da mesma (crianças, adolescentes, cuidadores e demais profissionais), mas também para servir de embasamento para novas pesquisas nesta área de estudo.

Este trabalho também é uma forma de contribuir para a melhoria do processo de acolhimento das crianças, observando suas necessidades e processo de desenvolvimento psicológico e sociocultural, visto que as crianças e adolescentes que vivem no abrigo não necessitam somente de um lugar para morar, alimentação e escola, suas necessidades vão muito além de obrigações do poder público; mais que deveres do Estado, faz-se necessário um lar, um ambiente que possa oferecer cuidados de uma família regada de sentimentos bons e saudáveis.

O lúdico é um tema fascinante e que muito ainda precisa ser pesquisado. Por isso, buscamos neste texto trabalhar em um ambiente diferenciado e pouco explorado, o que me trouxe certa inquietação não apenas pelo fato de pouco material escrito encontrado, mas ainda pelas dificuldades legais para adentrar os espaços das unidades de acolhimento institucional.

No entanto, através de buscas em sites e bibliotecas digitais, dentre eles o site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (www.bdtd.ibict.br), foram encontradas e analisadas cinco produções científicas, entre dissertações de mestrado e artigos científicos do ano de 2006 a 2017.

Essa revisão da literatura se faz necessária pois segundo Moreira e Caleffe (2006, p. 11):

Todo trabalho de pesquisa exige uma revisão de literatura relacionada com o que já foi produzido na área. Na verdade, a revisão da Literatura é parte central de qualquer estudo, pois ela demonstra a familiaridade do pesquisador com a literatura contemporânea e a sua capacidade de avaliar criticamente as pesquisas já realizadas.

Nesse sentido, antes de mergulhar no tema, precisa-se conhecer o eixo central de sua investigação, além de pesquisar e ler, é imprescindível inteirar-se do que os autores vem falando sobre o assunto a ser trabalhado.

Sousa (2006) pesquisou o modo como o brincar se apresenta em uma instituição abrigo, além de avaliar como as educadoras se apropriam, ou não, desse recurso em suas interações com as crianças. Verificou-se que os temas trazidos pelas crianças referiram-se a situações relacionadas ao seu cotidiano na instituição, bem como, situações de sua vivência em família e situações imaginárias. Observou-se que situações de faz-de-conta, ocorridas durante o brincar, não foram devidamente exploradas pelas educadoras, que acabaram por tolher ou não fomentar o desenrolar de brincadeiras criativas. O trabalho lançou luzes no sentido de evidenciar a necessidade de políticas públicas que contemplem um atendimento de qualidade para essas crianças em situação de risco, bem como a urgência de capacitação para os profissionais ali atuantes.

Ferreira e Rojas (2013) pesquisaram a respeito da eficácia das intervenções lúdicas no desenvolvimento das crianças abrigadas, analisando a influência do brincar na melhoria da autoestima daquelas que se encontram sob a guarda da Unidade de Acolhimento Provisório Aquidauanense, por terem tido os seus direitos violados por aqueles que deveriam protegê-las.

As intervenções lúdicas ocorreram através do projeto de extensão intitulado “Ludicidade no Fortalecimento do Compromisso Permanente do Bem Comum”, coordenado pelas autoras, durante a semana com atendimento de reforço escolar e nos finais de semana aonde os acadêmicos do Curso de Pedagogia da UFMS/Campus de Aquidauana foram até a instituição e por meio de atividades programadas e lúdicas contribuíram no reestruturamento de um relacionamento de confiança, tendo em vista que a maioria das crianças que estão acolhidas chega aos abrigos por meio de denúncias de maus tratos, vítima de violência ou abandono e por meio de ordem judicial são afastadas da família de origem.

Os acadêmicos foram divididos em grupos onde semanalmente foram responsáveis pelo planejamento das atividades realizadas e do lanche da tarde. O

planejamento passou por uma avaliação das coordenadoras a fim de verificar se atende as metas estabelecidas. As autoras concluem que o lúdico torna-se um instrumento facilitador para a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural de cada criança, onde se tornam mais preparadas a enfrentarem seus futuros desafios, tornando-se cidadãos capazes de atuarem e modificarem suas vidas e seu contexto.

Oliveira (2013) investigou sobre o brincar no contexto de abrigo que intenta saber como são organizados as brincadeiras e os espaços e que significados têm sobre esse brincar. A autora constatou que as ações brincantes, muitas vezes apenas indicam uma função de cercear e conter as crianças pequenas, enquanto a experiência e a vivência da imaginação qualificam e caracterizam o ato de brincar, transformam em brinquedos objetos e elementos, que os adultos não enxergam como tal, tarefa essa tão necessária para este grupo, devido à ausência de brinquedos no espaço de convivência.

Oliveira (2014) investigou o brincar no lócus do abrigo. A autora aponta que a rotina institucional e o atendimento ofertado implicam diretamente na organização, espontaneidade e autonomia para brincar. Neste contexto em particular, quanto mais as crianças brincam, mais se evidencia a alegria em sua vida social. Observou-se que quando a brincadeira torna-se “vigiada” demais, as crianças que a ela se dedicam perdem a graça e o interesse espontâneo, sentimentos próprios do estado puro da brincadeira.

Barbosa (2017) buscou compreender como o brincar pode contribuir para o desenvolvimento infantil em acolhimento institucional, pois percebemos que o brincar e o lúdico têm sido deixados de lado, não sendo prioridade no dia a dia de muitas crianças. A autora conclui que estar em acolhimento não é fator determinante de prejuízo ao desenvolvimento da criança, que os recursos simbólicos e emocionais são mobilizados pela brincadeira por meio dos processos de imaginação e criatividade, e que o brincar espontâneo amplia as possibilidades de expressão do sujeito, que é uma das condições essenciais de desenvolvimento.

Em suma, observa-se que as pesquisas fazem um apanhado histórico do abandono de crianças, mostram causas e conseqüências, dialogam sobre a assistência e as leis de proteção à infância e discorrem sobre o brincar sob diferentes perspectivas. Ademais, todas as pesquisas aqui apresentadas ensejam

contribuir no sentido de promover discussões acerca da infância e do acolhimento institucional.

Algumas pesquisas se destacam como a de Barbosa (2017), que percorre sobre a história social da infância e apresenta o brincar pela perspectiva histórico-cultural. Procurou não apenas destacar a importância do brincar, porém configurá-lo como construção do tornar-se humano, como fio condutor do desenvolvimento infantil. Já Souza (2006) apresentou uma reflexão importante sobre os profissionais atuantes no abrigo e as políticas públicas voltadas a este espaço.

Ressalvamos que todas as pesquisas apresentadas neste texto de alguma forma se assemelham e contribuem com a temática que investigamos. Destaca-se Ferreira e Rojas (2013), no qual apontam a eficácia das atividades lúdicas no desenvolvimento das crianças abrigadas, consideram que o brincar proporciona um desenvolvimento saudável e diversos ganhos e é essencial tanto na saúde física quanto na saúde mental. Também Oliveira (2014), que além das brincadeiras, analisa a realidade institucional que infringe as normas do ECA e aponta o descaso dos governantes.

Por fim, os textos tornaram-se essenciais no desenvolvimento deste trabalho, visto que abordam a temática com a qual trabalhamos. Neste sentido, teve relevância como suporte teórico ao mesmo.

Mediante o exposto acerca da temática, a questão precípua que balizou este estudo foi a seguinte: Quais as contribuições das atividades lúdicas realizadas em um abrigo no município de Breves/PA para o desenvolvimento / formação das crianças em atendimento?

Este trabalho apresentou como questões norteadoras: o contexto do abrigo institucional de Breves/PA propicia o desenvolvimento infantil através da realização de atividades lúdicas? Em quais âmbitos da formação humana esse desenvolvimento é perceptível?

Esta investigação objetivou analisar as contribuições das atividades lúdicas realizadas em um abrigo no município de Breves/PA para o desenvolvimento / formação das crianças em atendimento.

Destacamos ainda como objetivos específicos: descrever a realização de atividades lúdicas voltadas ao desenvolvimento infantil no contexto de um abrigo institucional de Breves/PA; identificar e analisar os âmbitos de desenvolvimento infantil favorecidos pela realização de atividades lúdicas no abrigo institucional.

O referido trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica e qualitativa por meio do estudo de caso e observação participante. Como técnica de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada. Os dados foram organizados utilizando-se da análise de conteúdo.

Segundo Amaral (2007, p. 01):

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

Desse modo, buscamos por trabalhos produzidos concernentes ao tema aqui trabalhado. Foram consultados artigos científicos e dissertações, sendo que, para isso, utilizamos de bibliotecas digitais, dentre elas destacamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica tornou-se relevante a medida que:

reafirma-se como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas (LIMA; MIOTO, 2007, p. 43).

Tal método de pesquisa tornou-se essencial para balizar nossa investigação, a medida que nos possibilitou subsídios que apontaram a veracidade ou não de nossa inquietação epistemológica.

A temática deste trabalho tem uma estreita relação com as ideias de diversos autores que, dessa maneira, colaboraram teoricamente com o mesmo. Tais como: Barbosa (2017); Brito (2015); Carvalho (1993); Ferreira e Rojas (2013); Kishimoto (1994); Lemos (2008); Negrão e Constantino (2011); Oliveira (2000), Oliveira (2014); Piaget (1964); Rizzini (2004); Santos (1999); Sousa (2006), dentre outros.

Em consonância a isto, utilizou-se a pesquisa qualitativa, que nos moldes de Bogdan e Biklen (1982 apud LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.13), “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Suas principais características são:

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e

seu significado são os focos principais de abordagem (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 70).

Evidencia-se que a partir deste tipo de pesquisa, foi possível a obtenção de dados significativos à nossa investigação, possibilitados a partir de nosso contato direto com as crianças e os profissionais partícipes de nossa investigação.

Acerca do estudo de caso, Gil (2002, p. 54) nos aponta que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Nesse caso, optamos por esse tipo de pesquisa por ser um tipo de investigação que busca considerar uma unidade, bem demarcada e contextualizada.

O lócus da pesquisa consiste no espaço de um abrigo no município de Breves/PA mediante autorização da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS) e do Centro de Referência e Assistência Social (CREAS). O público alvo versou em crianças e adolescentes abrigados, bem como os profissionais atuantes no mesmo, quais sejam, coordenadora, cuidadoras e pedagoga.

Segundo Yin (2001, p. 30), deve-se dar preferência ao estudo de caso quando:

As perguntas da pesquisa forem do tipo "como" e "por que"; quando o pesquisador tiver pouco controle sobre aquilo que acontece ou que pode acontecer; e quando o foco de interesse for um fenômeno contemporâneo que esteja ocorrendo numa situação de vida real.

Sendo assim, através de suas características, considerou-se o estudo de caso apropriado para esta pesquisa, a medida que tornou viável a análise de fatos e situações particulares, considerando seu enredamento e complexidade. Mediante isto, Stake (1985 apud ANDRÉ 2008, p. 29) vem corroborar com este posicionamento ao afirmar que “a decisão de realizar, ou não, um estudo de caso é muito mais epistemológica do que metodológica [...] Se o pesquisador quiser entender um caso particular levando em conta seu contexto e complexidade, então o estudo de caso se faz ideal”.

Também fizemos uso da entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, sendo realizadas com 01 (uma) criança e 01 (um) adolescente, 04 (quatro) cuidadoras, 01 (uma) pedagoga e a coordenadora do abrigo, mapeando a prática de atividades lúdicas no espaço do abrigo.

Duarte (2004, p. 215), destaca que:

se forem bem realizadas [as entrevistas], elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

Nesse sentido, entendemos que o pesquisador deve estar amparado por todos os arcabouços teóricos e pessoais necessários para realizar esse tipo de entrevista, haja vista sua importância e complexidade, tornando-se a entrevista semiestruturada relevante no sentido de alcançar as informações desejadas.

Após as observações, anotações, entrevistas e documentos colhidos no lócus da pesquisa, fez-se a análise de dados utilizando-se da análise de conteúdo, entendendo a mesma como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que ocorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 2006, p.38)

Esta técnica de análise é contemplada a partir da compreensão e organização das informações coletadas no decorrer da pesquisa, auxiliando com isto, na compilação e posterior análise dos dados coletados.

Ainda que diferentes autores indiquem diversificadas descrições do processo da análise de conteúdo, nos ancoramos nos moldes de Bardin (2006) que a concebe como constituída de três fases, sendo estas a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Através desses processos, do mais simples ao mais complexo, o pesquisador pode obter um resultado final satisfatório concernente ao tema explorado.

A primeira fase, consiste no período em que se organiza o material a ser analisado. Esta é uma etapa bastante flexível que “permite a eliminação, substituição e introdução de novos elementos que contribuam para uma melhor explicação do fenômeno estudado” (RICHARDSON, 2014, p, 231). Esta fase é realizada através de quatro etapas:

(a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) a escolha dos documentos da coleta de dados, que consiste na demarcação do que está sendo analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referência dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a

determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2006, p, 40).

Desse modo, a pré-análise torna-se um instrumento valioso para a sistematização do material a ser utilizado na análise dos dados, de forma a delimitar os dados pertinentes a execução da pesquisa.

A exploração do material constitui-se na segunda fase, a qual consiste na exploração do material com a definição de categorias (Sistemas de codificação), e a identificação das unidades de registro (Unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial), e das unidades de contexto nos documentos como Unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro (IDEM, p. 38).

Por sua vez, é nesta etapa que se realiza a descrição analítica, “a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um material aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase” (BARDIN, 2006, p. 38).

A terceira fase do processo de análise de conteúdo consiste no tratamento dos resultados, a inferência e interpretação. Esta fase se dá a partir dos resultados brutos já expressos pela pesquisa, a partir dos quais o pesquisador procura tornar estes resultados válidos e significativos. Esta interpretação deverá “ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido” (CÂMARA, 2013, p.188).

Esta pesquisa encontra-se dividida em quatro seções:

Na primeira seção, apresentamos a origem deste trabalho, o problema de pesquisa, seus objetivos, bem como os procedimentos teórico-metodológicos.

Na segunda seção apresentamos um breve contexto histórico da trajetória da infância e adolescência no Brasil, o qual se faz necessária para o entendimento dos avanços percorridos por estes segmentos. Destaca-se que a compreensão da criança como miniatura de adulto vai sendo modificada com o passar do tempo, e principalmente através das lutas e movimentos sociais, resultando na aprovação de leis que vieram a modificar o entendimento acerca da infância e adolescência.

Nesse sentido, a criança passa a ser não somente um ser passivo e de pouca importância, passando a ter voz ativa e capaz de mudar sua realidade.

Na terceira seção, discutimos acerca das contribuições das atividades lúdicas para desenvolvimento infantil de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, dialogando com alguns autores que embasam teoricamente este trabalho. Foi analisado ainda, a presença de atividades lúdicas no abrigo institucional do município de Breves-PA, trazendo algumas considerações e por fim, foi apresentado uma proposta de atividades lúdicas para as crianças e adolescentes acolhidos.

Na quarta seção, retomamos nosso objetivo de pesquisa e evidenciamos como este foi alcançado, enfatizando as conclusões provisórias produzidas.

Esperamos que este trabalho possa auxiliar no sentido de provocar e instigar outros pesquisadores, a investigarem e escreverem sobre esta área de estudo tão pouco explorada na região do Marajó. Além do mais, com a divulgação desta pesquisa, almeja-se um olhar mais comprometido por parte de nossos governantes no sentido de políticas públicas voltadas para as Unidades de Acolhimento Institucional, bem como para a capacitação dos profissionais ali atuantes. Até mesmo parcerias com as Universidades e Instituições de Educação locais, tendo em vista a necessidade de um trabalho mais completo e eficaz por parte da equipe técnica das Unidades, que promova de fato o desenvolvimento da população infanto-juvenil privada temporariamente do convívio familiar através de práticas lúdicas amparadas e consolidadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

2 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS NO BRASIL: DIREITO AO ACOLHIMENTO

Nesta seção, falaremos a respeito da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos, perpassando por alguns marcos históricos da infância e adolescência do Brasil. Serão abordadas as políticas públicas para a proteção da população infanto-juvenil, bem como os avanços da legislação internacional e nacional e a construção do paradigma da proteção integral, pautados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Também procurou-se trazer um retrato da realidade brasileira e brevesse no que concerne ao abandono e institucionalização de crianças e adolescentes.

2.1 Políticas públicas para a proteção da criança e adolescente brasileiros: limites e conquistas

No limiar do século XIX, com a proclamação da república em 1822, é promulgado em 1830 o primeiro código criminal. Este por sua vez aumentou o limite mínimo da imputabilidade penal plena para 14 anos, ficando estabelecido que os menores de 14 anos não seriam responsabilizados criminalmente. Dessa forma, caso comprovada participação em algum delito era recolhido às casas de correção pelo tempo que o juiz julgasse conveniente, desde que não excedesse a idade de dezessete anos. Outrora o código era aplicado a partir dos 07 anos de idade, (BRASIL, 1830).

De acordo com Lemos (2008), a preocupação com a especificidade da infância ingressou no ordenamento jurídico brasileiro por meio do direito penal, que há muito já imputava à criança capacidade para responder por seus atos, com pena reduzida de 1/3.

Segundo Brito (2015), no início do Brasil Império, a legislação existente relativa a situação da infância, referia-se a preocupação com o recolhimento de crianças órfãs e que se envolvessem com ações criminosas. Nesse sentido, o século XIX apresenta algumas mudanças no que concerne à percepção de infância e adolescência e, sobretudo na forma de atenção dada a esses segmentos.

Mais à frente, em 1923 é criado o Primeiro Juizado de Menores e, em 1927 é promulgada a primeira legislação específica para crianças e adolescentes, o

primeiro Código de Menores, que também ficou conhecido como Código Mello de Matos². O referido código vem oficializar o papel do Estado em atender os “menores” de 18 anos, como observamos em seu artigo 1º:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. (BRASIL, 1927)

Apesar desta lei ter sido considerada de grande importância no período para a consolidação das leis de assistência e proteção as crianças e adolescentes, a mesma não era direcionada a todos os sujeitos da categoria, pois era evidente seu direcionamento apenas às crianças e adolescentes considerados abandonados ou delinquentes. Observa-se a definição de menor “abandonado” apresentada no artigo 26 do referido dispositivo legal:

Art. 26. Consideram-se abandonados os menores de 18 anos: I. que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam; II. que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; III, que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupilo ou protegido; IV, que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue a pratica de atos contrários à moral e aos bons costumes; V, que se encontrem em estado habitual do vadiagem, mendicidade ou libertinagem; VI, que frequentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida. VII, que, devido à crueldade, abuso de autoridade, negligencia ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam: a) vítimas de maus tratos físicos habituais ou castigos imoderados; b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde; c) empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrarias a moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saúde; d) excitados habitualmente para a gaturice, mendicidade ou libertinagem.

Nesse sentido, percebe-se que até então não há uma preocupação em legislar sobre os direitos e garantias de crianças e adolescentes que não estão em situação de abandono ou marginalizados. Portanto, de acordo com Brito (2015), esse aparato legal surge sobretudo como forma de controle e punição para crianças e adolescentes abandonados ou delinquentes, advindos de famílias pobres, porém não havia uma preocupação com as causas que levavam ao abandono e a delinquência.

² O Código de Menores de 1927 também chamado de Código de Mello Mattos, recebeu esse nome em homenagem ao primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina José Candido de Albuquerque Mello Mattos.

Ainda nesse contexto, caracterizado pelo cunho assistencialista/paternalista são criados diversos órgãos nacionais com objetivo de assistir os menores desvalidos. Destaca-se em 1940 a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), o qual articulou o atendimento às crianças, combinando orientação higienista com campanhas educativas. Contudo, com o surgimento do SAM (Serviço de Assistência ao Menor) em 1941, fica mais evidente o desejo de controlar os “menores em situação irregular” através de uma educação rígida e repressiva:

[...] o SAM funcionava semelhante ao sistema penitenciário, inclusive fazendo parte deste. Segundo Silva (2004), prevaleceu durante longos períodos o caráter repressivo e corretivo das instituições que prestavam atendimento a crianças e adolescentes carentes, e algumas das concepções dominantes podem ser observadas no Código de Menores de 1927, que denominava “expostos” (menores de sete anos), “abandonados” (menores de 18 anos), “vadios” (atuais meninos e meninas de rua) e “libertinos” (aqueles que frequentavam prostíbulos). (NEGRÃO; CONSTANTINO, 2011, 41).

Desse modo, o órgão que a *priori* deveria assistir as crianças e adolescentes, contribuiu para agravar ainda mais a situação dessa categoria, através de irregularidades, crueldades e práticas que fugiam totalmente daquilo que havia sido estabelecido para o mesmo, sendo intitulado pelos críticos de SAM como um atendimento “Sem Amor ao Menor”, “Escola do Crime” e até “Fábrica de Criminosos”. De sorte que, após inúmeras denúncias e movimentação da sociedade civil, o órgão foi abolido no governo do general Castello Branco.

Com a extinção do SAM estabeleceu-se a Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) e, com ela, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), no ano de 1964, instituição para onde seriam recolhidos crianças e adolescentes em “situação irregular”:

O novo órgão, pautado pela valorização da inserção familiar, teria a incumbência de formular, implantar e gerir – de forma centralizadora e vertical – a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), cuja execução ficaria a cargo das Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor – FEBEMs (LEMOS, 2008, p.14).

Rizzini (2004) destaca ainda que a instituição visava um regime de internato, atendimento biopsicossocial, correção de desvio da personalidade tanto dos abandonados e carentes como o de infratores, reinserção social e superação da violência. No entanto, o que se viu foram práticas semelhantes as utilizadas no SAM, seja pela herança deixada pelo mesmo, ou ainda pela situação de ditadura militar perpassada:

A FUNABEM que de início tinha como pretensão ser o oposto ao SAM, aos poucos foi revelando seus traços que recebeu de herança do sistema anterior, pois herdou do antigo sistema desde os prédios, equipamentos, funcionários até a forma como a sociedade percebia o atendimento dado as crianças e aos adolescentes que estavam em situação de abandono ou cometiam atos infracionais (BRITO, 2015, p. 36).

Desse modo, devido a inúmeras irregularidades e desvios, a FUNABEM é desativada durante o período do governo Collor em 1990.

Ainda em 1979, foi criado o novo Código de Menores, o qual trazia em seu bojo a Doutrina da Situação Irregular, a qual se instituía em um conjunto de regras jurídicas que se destinavam a um tipo de criança ou adolescente específico, aquele que estava inserido num quadro de exclusão social, destacado no art. 2º do mencionado Código. Lemos (2008, p.15), aponta:

Inspirado na mesma doutrina que embasara o Código de 1927 e na ideia de irresponsabilidade absoluta dos menores de 18 anos, o Código de Menores de 1979 pretendia oferecer “proteção total” ao “menor incapaz e em situação irregular”, em nome do “interesse superior” do próprio menor, sempre enunciado pela boca do juiz.

Além disso, crianças e adolescentes deixariam de ser taxados como delinquente, carente, abandonado, dentre outros, passando a classificar-se como “menores em situação irregular”. A esse respeito, Oliveira (2014, p.3), explica que:

De acordo com o Código estava em situação irregular o menor privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de falta, omissão ou impossibilidade dos pais ou responsável; vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; em perigo moral, devido a encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; autor de infração penal.

Dessa forma, os menores encontrados em situação irregular eram institucionalizados sem que tivesse qualquer distinção entre infratores, órfãos ou abandonados. De acordo com Silveira (2015 p. 22), “o Código não atentava para a diferença entre os casos especiais de pobreza e abandono daqueles considerados de natureza jurídica, ou seja, de delinquência”. Sendo assim, agia de forma repressiva e segregatória, discriminando os menores em situação irregular, tanto no primeiro Código de Menores quanto no de 1979.

Nesse sentido, este dispositivo legal não apresentou avanços expressivos no campo do direito da criança e do adolescente, pois o mesmo era tido como “centralizador” e “autoritário”, ora por ter sua elaboração restrita ao mundo jurídico

restringida a participação da comunidade, bem como a fiscalização da implementação da lei era de alçada específica do Juiz e de seu corpo de auxiliares. Desse modo, o Estado atuava sem qualquer interferência, de forma discricionária e ao arbítrio do juiz. Lemos (2008, p.15), acrescenta:

[...] esse menor, desprovido de garantias processuais, ficou sujeito ao arbítrio do juiz, a quem a lei atribuía o poder de aplicar as medidas necessárias para garantir-lhe integridade, incluindo a internação, por tempo indeterminado.

Outrossim, tornara-se evidente a necessidade de uma legislação que viesse verdadeiramente amparar a população infanto-juvenil. Percebe-se no fim da década de 1970 e início de 1980, uma movimentação acerca das discussões a respeito dos direitos da criança e do adolescente, impulsionadas principalmente pelas Convenções a nível mundial.

Reitera-se que, na década de 1980, houveram intensas mobilizações da sociedade em geral, na reivindicação de seus direitos e redemocratização do país. Após intensas críticas e fim da ditadura militar, tem-se a eclosão de vários movimentos sociais em busca de um novo olhar para a infância e a adolescência.

Nesse contexto, são organizados novos aparatos legislativos, órgãos e entidades, para que viessem suprimir as demandas da sociedade. Concernente a população infanto-juvenil, destaca-se as duas leis principais, as quais foram a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 13 de julho de 1990.

Tais leis trazem consigo o entendimento da criança e adolescente enquanto pessoas em situação de desenvolvimento e que necessitam de atendimento especial e prioritário. Além disso, as referidas leis abarcam a todas as crianças e adolescentes sem restrição, e não somente aquelas em situação de risco, abandono ou situação financeira desfavorável, como estava posto na legislação anterior ao ECA.

Desse modo, a Constituição Federal de 1988 torna-se um marco inicial das mudanças de paradigma acerca da infância e adolescência no Brasil. Destaca-se em especial o artigo 227 da Carta Magna, a qual expressa:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Sendo assim, a CF de 1988 deixa explícito a proteção integral a todas as crianças e adolescentes, devendo não só a família garantir esses direitos, incluindo-se ainda o Estado e a comunidade. Vale ressaltar da relevância do referido artigo 227 da Constituição, enquanto embrião do ECA, pois em sua gênese constam os alicerces que balizarão esta lei.

2.2 Avanços da legislação internacional e nacional e a construção do paradigma da proteção integral

Note-se por oportuno enfatizar que, a preocupação com a criança só começa a se efetivar a partir de uma série de elementos discutidos e levados a público através dos movimentos sociais e o respectivo avanço na legislação internacional. Diante disso, o mundo desperta para a criança e a promessa de dias melhores começa a surgir no cenário mundial.

Em 1893, a Convenção Francesa apresentou atitude positiva em relação à infância, ao determinar os pais como responsáveis pelos filhos, responsabilidade esta frequentemente ignorada.

Nesse contexto, ressalta-se a criação da primeira liga de proteção à criança de que se tem ciência em 1896, a organização internacional Save the Children of the World, a qual infundiu a criação de uma justiça de menores, voltada a buscar o reconhecimento da condição distinta da criança e, por conseguinte, a tutela do Estado. Segundo Lemos (2008, p. 8), a ideia só surgiria no Brasil anos depois, com a criação do Juizado de Menores em 1923.

De acordo com Brito (2015), as primeiras décadas do século XX trazem consigo importantes inovações legislativas no que concerne à regulamentação e consolidação da assistência e proteção da infância em situação de abandono e delinquência. Em 1911, tem-se a realização do congresso de Menores em Paris, onde é promulgado a Declaração de Gênova dos Direitos da Criança, que foi posteriormente adotada pela Liga das Nações em 1924. Esses dois acontecimentos em níveis internacionais caracterizaram-se como organismos fundamentais para afirmação dos direitos da infância e da adolescência.

Objetivando avançar nas discussões e assistência especial às crianças e adolescentes, a Organização das Nações Unidas (ONU), instituiu em 1946 o UNICEF (Fundo as Nações Unidas para a Infância, em inglês “United Nations Children’s Fund”), a qual contribuiu para que mais tarde em 1989, através da convenção de direitos humanos, as crianças fossem reconhecidas como pessoas detentoras de direitos. No Brasil, o UNICEF foi instalado em 1950 no estado da Paraíba.

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças, aprovada em 1959, por sua vez, traz os fundamentos da doutrina da proteção integral:

[...] Nela se proclama a proteção especial para o desenvolvimento físico, mental e espiritual da criança, ao lado do reconhecimento do direito ao nome e à nacionalidade; à alimentação, moradia e assistência adequadas para a criança e para a mãe; à educação e a cuidados especiais para a criança com deficiência; à convivência em ambiente de afeto e segurança material e espiritual; à educação gratuita e ao lazer; à prioridade de atendimento; à proteção contra o abandono e a exploração no trabalho; e à proteção contra a discriminação. Afirma-se, em suma, o direito à infância. (LEMOS, 2008, p. 16)

Dessa forma, a declaração preconiza uma série de direitos que mais tarde seriam assegurados no Brasil através da Promulgação da Carta Magna de 1988 e do respectivo Estatuto da Criança e do Adolescente. Com o mesmo enfoque, o ano de 1979 foi considerado pela ONU como o Ano Internacional da Criança, incentivando, desse modo, a discussão de ideias e ações referentes à infância e adolescência.

Sobre a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, esta trata-se de um documento aprovado com unanimidade pela Assembleia das Nações Unidas, em sua sessão de 20 de novembro de 1989. A Convenção sobre os Direitos da Criança faz conhecido os princípios básicos, tais como a liberdade, a justiça e a paz, os quais reconhecem que todo ser humano é detentor de dignidade e de direitos humanos iguais e inalienáveis.

Com isso, o referido documento confirma o que as Nações Unidas proclamaram e acordaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos. Determina que toda pessoa, sem qualquer tipo de distinção, seja de raça, cor, sexo, crença, idioma, opinião política, nascimento, posição econômica, ou qualquer outra condição, detém os direitos expressos nesses documentos. Destaca-se em particular o artigo 19 da Convenção Internacional:

Os Estados-partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

Nesse sentido, os Estados signatários incluindo o Brasil (Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990), comprometem-se com a proteção e bem estar da população infantil, concebendo-as como pessoas em situação de desenvolvimento que necessitam de amparo e proteção especial.

No Brasil, na década de 1980, também ocorreram inúmeras movimentações e lutas pelos direitos humanos e o melhor interesse da criança e do adolescente, surgindo assim vários movimentos sociais que estavam engajados com a população infanto-juvenil. Cita-se como exemplo a Pastoral do Menor, Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Comissão Nacional Criança e Constituinte, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), entre outros. Destaca-se deste último (MNMMR), consolidado no ano de 1985:

Entre tais lideranças, havia crianças e adolescentes cujo grau de consciência política, apurado ao longo de discussões locais e estaduais e expresso nas denúncias de sistemática violação de seus direitos de pessoas humanas, surpreendeu os observadores mais céticos presentes ao I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, ocorrido em Brasília em 1986. O protagonismo desses jovens colocou em evidência a necessidade de que fossem reconhecidos seus direitos, questão que não podia aflorar num instante mais propício do que aquele: o exato momento de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. (LEMOS, 2008, p.17)

Desse modo, o movimento apresentou enorme relevância no cenário brasileiro. Faleiros (2009, p. 80) discorre ainda sobre a importância dos projetos alternativos desenvolvidos pelas ONG para a articulação do MNMMR, o qual realizou em Brasília três encontros nacionais (1986,1989 e 1993), que colaboraram expressivamente para trazer ao debate nacional o tema da política para a infância, no qual crianças e adolescentes aparecem como cidadãos sujeitos de direitos:

Além de ter um papel ativo na constituinte junto com o UNICEF, o MNMMR contribui para a mobilização da sociedade no sentido de aprovar e exigir a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com intelectuais, juízes progressistas, promotores, Pastoral do Menor, e parlamentares. Vários encontros são realizados, negociações e pressões para que a lei fosse aprovada em tempo recorde, ou seja, menos de dois anos após a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988. A

direção do CBIA³ também deu apoio significativo para a aprovação da lei. (IDEM, 2011, p. 80-81)

Assim sendo, em 13 de julho de 1990 entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, revogando dessa forma o código de menores de 1979 e a lei de criação da FUNABEM. Ressalta-se que a elaboração do ECA contou com a participação tanto do governo, como de várias instituições da sociedade civil, como o Movimento Nacional do Meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Menor, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, United Nations Children's Fund - UNICEF, dentre outros.

Tal dispositivo legal traz delineado em seu bojo os direitos da criança e do adolescente, bem como várias diretrizes e parâmetros discutidos pelos movimentos sociais, convenções internacionais e pela respectiva Constituição Federal. De acordo com Faleiros (2009, p.81), o ECA:

Adota expressamente em seu artigo 1º a *Doutrina da Proteção Integral* que reconhece a criança e do adolescente como cidadãos; garante a efetivação dos direitos da criança e do adolescente; estabelece uma articulação do Estado com a sociedade na operacionalização da política para a infância com a criação dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Tutelares e dos Fundos geridos por esses conselhos; descentraliza a política através da criação desses conselhos e níveis estadual e municipal [...]; garante à criança a mais absoluta prioridade no acesso as políticas sociais; estabelece medidas de prevenção, uma política especial de atendimento, um acesso digno à Justiça com obrigatoriedade do contraditório.

Portanto, o ECA ratifica a Doutrina da Proteção Integral, já colocada pela Carta Magna em seu artigo 227, e pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959. Em seu artigo 3º o Estatuto reconhece crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, que se encontram em condições peculiares de desenvolvimento, e, portanto, gozam de proteção integral:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que se trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, vemos que o paradigma da proteção integral vem sendo construído a nível mundial a partir de 1959, sendo que no Brasil efetiva-se através

³ Fundação Centro Brasileiro para a Infância, foi a nova nomenclatura dada a FUNABEM após sua reformulação administrativa (Lei 8.029 de 12/04/1990).

da CF/88 e do ECA em 1990. O mesmo, além de estabelecer direitos fundamentais, aponta medidas protetivas, preventivas e socioeducativas.

Ressalta-se que a partir deste novo aparato legal, criaram-se diversas instituições, visando fiscalizar e defender os direitos das crianças e adolescentes, tais como: o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) articulado com o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) instituído dentro da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA), e o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA). Ligados a estes conselhos estão os Fundos da Infância e da Adolescência que se destinam ao financiamento das políticas públicas a serem aplicadas. Tais organizações, adotam as diretrizes das políticas de assistência, segundo aponta o artigo 88 do ECA.

A partir disto, Oliveira (2014, p.4) salienta que:

Com advento do ECA crianças e adolescentes passam a ser considerados como sujeitos de direitos, não sendo mais consideradas objetos de proteção, ou seja, não mais como menores a disposição da ação do poder público, em casos de abandono e/ou delinquência, passíveis de medidas assistencialistas, segregadoras e repressivas como previa nos Códigos de Menores de 1927 e 1979. O ECA propõe que as crianças e adolescentes, antes vistas como portadores de carências, sejam cidadãos, sujeitos de direitos.

Assim sendo, é visível a mudança na forma de olhar a infância e a adolescência, crianças e adolescentes que até então eram vistos como “menores” em situação irregular, deixam de ser objetos e tornam-se sujeitos de direitos, mudando a abordagem assistencialista/paternalista, repressora e autoritária para uma visão emancipatória e educativa, como afirma Ferreira e Rojas (2013, p.6):

Com a promulgação do ECA, ocorreram várias transformações, como a mudança de um enfoque assistencialista para uma proposta socioeducativa e emancipatória, priorizando o direito à convivência familiar e comunitária, garantindo que o abrigo represente uma medida provisória de proteção social e a garantia dos direitos de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, em condições de liberdade e de dignidade.

Nesse sentido, Oliveira (2014, p. 4), reitera “uma vez que as crianças participam coletivamente da sociedade e são dela personagens ativos e não meramente expectadores, são atores sociais, que adquirem voz e são credoras de direito”. Sendo assim, constitui-se medida inegável a prioridade absoluta, a proteção integral, a preservação dos vínculos familiares, dentre outras, zelando sempre pela

promoção e defesa dos direitos infanto-juvenis embasadas na Doutrina da Proteção Integral.

2.3 De crianças abandonadas a crianças abrigadas: evolução da assistência à criança e ao adolescente no Brasil

Pensar na criança como pessoa detentora de direitos é uma visão que vem sendo trabalhada há não muito tempo no Brasil. Historicamente, crianças e adolescentes sempre ocuparam uma posição menos importante e de descaso na humanidade, tendo dessa forma, seus direitos violados e/ou desprezados⁴.

Ao reportar-se ao Brasil Colônia, observa-se uma infância marcada pelo menosprezo, violência, exploração sexual e escravidão:

No início da colonização, as naus lusitanas aportadas no Brasil traziam alguns poucos indivíduos de tenra idade, teimosos sobreviventes de um tempo em que a expectativa média de vida em Portugal rondava os 14 anos de idade, 50% das crianças morriam antes dos 7 anos, boa parte das embarcações naufragava, as violações sexuais a bordo eram rotineiras e coletivas, o trabalho infantil era explorado à exaustão nas atividades mais perigosas e os viajantes se viam cada vez mais cercados de fome, sede, sujeira e doenças na longa travessia do Atlântico (LEMOS, 2008, p. 2).

Desse modo, muitas crianças viajavam para o Brasil sem a companhia dos pais e muitas vezes, raptados de suas famílias. Percebe-se então uma infância marcada pela negligência e desprovida de qualquer direito.

Também marginalizadas foram as crianças advindas das relações “ilegítimas” entre portugueses e indígenas e ainda entre brancos e negros, durante a colonização portuguesa e escravidão no Brasil. Fora esse um dos fatores para que mais tarde um número significativo de crianças abandonadas ocupasse os grandes centros urbanos. Contudo, o abandono se dava ainda pela situação de extrema pobreza vivenciada por algumas famílias, as quais alegavam não terem condições de criar seus filhos.

Diante disso, como alternativa a tais situações, têm-se a instalação da “Roda dos Expostos” ou “Roda dos Enjeitados”, a qual tornar-se-ia o marco inicial de acolhimento no Brasil. Esta por sua vez, tinha como objetivo acolher as crianças

⁴ Philippe Ariès em seu livro História Social da Criança e da Família (1981, p.3), aborda de maneira bastante ilustrativa a questão da infância no século XVII. Segundo o autor, “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e insignificante”.

recém nascidas as quais eram abandonadas nas ruas. De acordo com Ferreira e Rojas (2013, p. 3):

A roda consistia em uma espécie de armário cilíndrico com uma abertura de seus lados, girando em torno de um eixo vertical. As mães e pais colocavam a criança, faziam-no rodar, e depois puxavam uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante da instituição que um bebê acabava de ser abandonado.

Dessa forma, o sistema de rodas garantia o anonimato da pessoa que deixava a criança. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), as rodas dos expostos surgiram por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia no período colonial e foram abolidas na república. Por ter caráter caritativo e religioso, assim que se chegava uma criança na roda logo era providenciado seu batismo, demonstrando dessa forma uma certa preocupação com suas “almas”.

Figura 1: Roda de Expostos



Fonte: Baptista, 2006.

Ferreira e Rojas (2013) nos apontam que durante o período colonial criaram três rodas: a primeira em Salvador (1726), a segunda no Rio de Janeiro (1738) e a terceira em Recife (1789). Ressaltando que até o século XIX, outras dez Rodas de Expostos surgiram no país tendo o sistema persistido até meados do século XX.

Nas cidades em que o sistema de rodas não vigorou, as Câmaras Municipais foram compelidas por lei a cuidar das crianças abandonadas. De todo modo, o serviço não conseguia ser suficiente à demanda, dessa forma, muitos dos pequenos por compaixão e caridade iam sendo adotados por famílias substitutas.

Sousa (2006) descreve que as rodas existiram no nosso país e permaneceram por 224 anos, configurando uma das instituições que mais duraram, sendo o Brasil o último país a extingui-la em 1950.

Muitas destas crianças abandonadas nas rodas não sobreviveriam durante muito tempo, algumas morriam de doenças ou maus tratos. De acordo com Lemos (2008), as que escapavam da morte ao completarem sete anos, com o fim do auxílio do Estado, eram ingressas no mundo do trabalho: as meninas viam-se incorporadas ao trabalho doméstico, quanto aos meninos costumavam ser enviados para trabalhar fora dos centros urbanos, sobretudo em arsenais e em navios mercantes nos tempos do Império.

A inconformidade com este destino levava os garotos a fugirem para viver nas ruas, perpetuando dessa forma, o ciclo do abandono, como aponta Lemos (2008, p. 5):

Desse modo convertidos em “pivetes”, perpetuavam nas ruas o vicioso e cruel ciclo do abandono ou eram recolhidos pela polícia, por vadiagem ou delinquência, indo parar indistintamente nas colônias agrícolas, nos reformatórios ou (cúmulo da ironia!) nos arsenais da Marinha.

Os que permaneciam nas ruas tinham que lutar pelo sustento e criar estratégias para sobreviver em condições precárias e insalubres. Estes transformavam-se em “menores”, destituídos de qualquer direito ou “benevolência” por parte do Estado.

Contudo, a concepção higienista da época logo incomodou-se com a presença destes menores nas ruas, propondo formas de “limpar as ruas” desses seres “marginalizados e maltrapilhos”. Desse modo, logo concorreu a filantropia do capital nacional, como afirma Lemos (2008, p. 10): “disposto a patrocinar o aprendizado profissional – e explorar o trabalho, é claro! – dos jovens recolhidos nas ruas pela polícia e submetidos à internação”. Terminado a internação, os jovens retornavam às cidades, e por conseqüente às ruas, maltrapilhos, desnutridos e analfabetos.

Lemos (2008, p.10), nos indica que a preocupação com a criança só vai aparecer um tempo depois:

O zelo pela proteção e pelo desenvolvimento infantil, porém, só começou a aparecer no ordenamento jurídico na primeira metade do século XIX, quando se estabeleceram os princípios norteadores da instrução primária, franqueada apenas às elites. Outras décadas transcorreram até que fosse editada a Lei do Ventre Livre, e mais ¼ de século se seguiu até a

promulgação do decreto de regulamentação do trabalho dos “menores” nas fábricas, jamais cumprido. Outros 25 anos se passariam antes de vir a lume o Código Civil de 1916, norma de reconhecida importância para a proteção infantil por determinar a perda judicial do pátrio poder do pai ou da mãe que castigasse imoderadamente o filho ou o deixasse em abandono.

Note-se, por oportuno enfatizar que nas décadas seguintes algumas normas relativas à infância ganharam destaque, como veremos mais à frente no próximo tópico.

Não obstante, e com objetivo de tornar mais claro o entendimento acerca do processo de assistência as crianças e adolescentes no Brasil por meio da institucionalização, apresentaremos no quadro a seguir, de forma muito breve, as cinco fases da evolução desta, descrita por Silva (1998 apud NEGRÃO; CONSTANTINO 2011, p. 37).

Quadro 1- Processo de Institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil

Evolução da Assistência à criança e ao adolescente no Brasil	
1ª Fase: Filantrópica	Ocorreu de 1500 a 1874. Esse período iniciou-se com a colonização e destacou-se principalmente as rodas de expostos, operacionalizadas pelas Santas Casas de Misericórdia. Por um longo período, a roda foi a única instituição reservada a acolher crianças em situação de abandono. Entretanto, Marcílio (1997) esclarece que outra forma de acolhimento também utilizada foi o acolhimento de bebês por famílias substitutas, ora por caridade ou por interesse em utilizá-los quando maior como mão de obra fiel e gratuita.
2ª Fase: Filantrópica-higienista	Esta transcorreu de 1874 a 1922. A mesma caracteriza-se pelo maior fluxo migratório estrangeiro para o país, e ainda pela criação de sociedades científicas que tinham como finalidade controlar as doenças epidêmicas e ordenar os espaços públicos, como escolas, internatos e prisões. A medicina e os cuidados com a criança estiveram em alta nesse período, sendo criadas legislações sanitárias em níveis estaduais e municipais. Dessa forma, o Estado contribuiu na aplicação das políticas higienistas da época.
3ª Fase: Assistencial	O terceiro período de assistência à infância se estendeu de 1924 a 1964. Alguns momentos importantes marcam essa época, tais como: a aprovação do Primeiro Código de Menores, a desativação da Casa dos Expostos, a criação do Juizado de Menores e instituições de atendimentos oficiais. Desse modo, o estado passa a assumir oficialmente o atendimento as crianças e adolescentes órfãos e abandonados.
4ª Fase: Institucional pós 64	A quarta fase deu-se de 1964 a 1990. Nesta, houve a criação na esfera federal da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e no âmbito estadual a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), ambas regidas pelo Código de Menores. Neste contexto, o militarismo flertará as práticas desencadeadas nos internatos para crianças e adolescentes.

5ª Fase: Desinstitucionalização	A quinta e última fase vai de 1990 até os dias atuais. Esse período é marcado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelece a prioridade no atendimento à criança, ao adolescente e à família. Conseqüentemente, a responsabilidade também se estendeu a sociedade civil, garantindo dessa forma o direito a convivência familiar e comunitária, dentre outros.
------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Negrão e Constantino (2011)

Apesar de no início enfrentar inúmeros e incontestáveis desafios, percebe-se que a luta pelos direitos da criança e do adolescente ganhou força e notoriedade nas últimas décadas. No campo da legislação, como veremos mais à frente, o que se percebe é um salto grande com o advento e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, apesar de que, a efetivação dos direitos assegurados pela lei ainda seja muito fragilizada na prática.

2.4 Abrigo no contexto do município de Breves-PA

Ao contextualizar o histórico do acolhimento no que se refere ao município de Breves-PA, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Abrigo (2018 - 2022), este tem início, com a implantação da Casa de Passagem (enquanto instituição de acolhimento provisório, que prestava assistência integral em regime de abrigo temporário) a qual se deu em setembro de 2009, visando à regionalização da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Região do Marajó, e ocorreu mediante assinatura do Termo de Compromisso celebrado entre a Prefeitura Municipal de Breves (PMB) e a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS).

Ainda segundo o PPP, os Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens integram a Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e devem ser organizados em consonância com os princípios, diretrizes e as orientações contidas nas normativas e Política Nacional, em especial aquelas diretamente relacionadas ao tema, como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS); Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); “Orientações Técnicas: Serviços

de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” – Resolução Conjunta nº 01/2009 do CNAS e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e as Diretrizes Internacionais para Cuidados Alternativos a Crianças sem Cuidados Parentais.

Em 2014, decorrente do Termo de Aceite do Cofinanciamento Federal para expansão qualificada e reordenamento do Serviço de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos (que tratam as Resoluções nº23/2013 e 31/2013 do CNAS, ofertados nas modalidades Abrigo, Casa-lar, República e Família Acolhedora) os quais, de acordo com a Resolução nº109/2009 do CNAS, integram os Serviços da PSE de Alta Complexidade do SUAS, o município de Breves manifestou formalmente o interesse e responsabilidade em expandir e reordenar o serviço de acolhimento então existente – de Casa de passagem para a modalidade Abrigo institucional, principalmente pelo fato da Casa de Passagem não estar entre aquelas reconhecidas nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, descritas na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Assim sendo, o abrigo institucional do município de Breves atualmente atende crianças de 0 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos de ambos os sexos. Sendo de origem governamental, funciona com recursos advindos do cofinanciamento do governo federal e municipal e está localizado em uma área residencial.

No período da pesquisa, que se estendeu dos meses de junho à julho do ano de 2019, o mesmo contava com 17 abrigados, sendo 12 crianças e 05 adolescentes, entre 03 a 14 anos de idade. A equipe técnica era composta por 01(uma) assistente social que atua como coordenadora, 01(uma) pedagoga, 01(uma) psicóloga, 01(um) assessor jurídico. Contava ainda, em sua equipe profissional com 09 (nove) cuidadoras/educadoras, 01 (uma) assistente administrativa, 02 (dois) vigias e 02 (dois) guardas municipais. Quanto à estrutura física do abrigo, não me foi possível averiguar se a mesma se adequa ao descrito na legislação⁵, devido a restrições impostas pela coordenação do mesmo.

⁵ De acordo com o documento de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, pág. 72-73.

3 AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Nesta seção abordamos as contribuições das atividades lúdicas para desenvolvimento infantil de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, bem como a importância do lúdico para o pleno desenvolvimento infantil. Discutimos ainda sobre a presença de atividades lúdicas no contexto do abrigo institucional do município de Breves-PA. Por fim, traçamos uma proposta sumária de intervenção para esse espaço.

3.1 Contribuições das atividades lúdicas para desenvolvimento infantil de crianças abrigadas

O brincar é relevante para um desenvolvimento saudável do ser humano. Desse modo, acredita-se que o brincar deve estar presente em múltiplas áreas da vida humana. De acordo com Ferreira e Rojas (2013, p. 12):

O brincar proporciona um desenvolvimento saudável e diversos ganhos e é fundamental tanto na saúde física quanto na saúde mental do ser indivíduo e deve ocupar uma boa parte de nossas vidas, sendo marcante principalmente no período da infância.

Sendo assim, o lúdico poderá trazer benefícios bastante positivos no que diz respeito ao desenvolvimento humano com ênfase na infância. E quando nos referimos às unidades de acolhimento, essa importância é ainda maior, pois através das atividades lúdicas as crianças e adolescentes abrigados poderão firmar suas relações sociais, sentir-se integradas e elevar sua auto-estima. Nesse sentido, Santos (1999, p. 20) destaca que:

as atividades lúdicas possibilitam a formação do auto-conceito positivo; possibilitam o desenvolvimento integral da criança, já que através destas atividades a criança se desenvolve afetivamente, convive socialmente e opera mentalmente; [...] o brinquedo e o jogo são produtos de cultura e seus usos permitem a inserção da criança na sociedade; [...] brincar é uma necessidade básica assim como a nutrição, a saúde, a habitação e a educação; [...] brincar ajuda a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual, pois através das atividades lúdicas, a criança forma conceitos, relaciona ideias, estabelece lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça habilidades sociais, reduz a agressividade, integra-se na sociedade e constrói seu próprio conhecimento.

É preciso ressaltar que o termo “lúdico” etimologicamente é derivado do latim “ludus”, e significa “jogo”. Porém, para alguns estudiosos do assunto, o termo é bem mais abrangente, não se limitando apenas ao simples significado de jogo. Segundo Piaget (1964), o desenvolvimento da criança acontece através do lúdico, precisando brincar para crescer, como forma de equilíbrio de seu organismo com o mundo.

A importância do lúdico para a criança e os benefícios que esta traz, são questões que devem ser analisadas principalmente em um local que abriga crianças desamparadas de suas famílias. Esse tipo de instituição deve estar comprometida com o desenvolvimento infantil e compreender as necessidades de correr, brincar, jogar, de expandir das crianças. Quando bem direcionadas, essas atividades trazem grandes benefícios que proporcionam saúde física, mental, social e intelectual a criança, ao adolescente e até mesmo ao adulto. Barbosa (2017, p. 138) reitera que:

Brincar sugeriu-se ser uma das principais atividades promotoras de desenvolvimento infantil, uma vez que, em uma única ação, você percebe mobilizar: o corpo, contribuindo ao seu tônus muscular e à sua função motora; os processos de imaginação, que impulsionam a criação e os aspectos cognitivos; e os aspectos socioemocionais na produção de novos sentidos ao vivido, graças às interações sociais que a brincadeira proporciona.

As atividades lúdicas quando bem desenvolvidas, podem influenciar nas vertentes sociais, cognitivas e afetivas dos participantes: sociais na medida em que auxiliará no convívio destas crianças e adolescentes residentes no abrigo, com as outras crianças, não só que moram no abrigo, mas com outras pessoas, colegas, vizinhos, cuidadores e etc.; cognitivas porque ajudará no desenvolvimento psíquico, estimulando inteligências e habilidades; e afetivas, pois contribui na criação de laços de carinho e afeto entre as mesmas, como também para com as cuidadoras, visando amenizar a ausência da família. De acordo com Oliveira (2013, p. 7):

A experiência lúdica das crianças institucionalizadas será uma atividade valiosa quando for pensada como algo importante na vida social, afetiva e cognitiva. A brincadeira não vai mudar a história, mas é uma atividade necessária e imprescindível no acolhimento, porque permite que a permanência no lar e o rompimento de vínculos parentais sejam menos dolorosos, e igualmente, preparar para novos vínculos.

Desse modo, consideramos que a ludicidade é essencial para o desenvolvimento integral de todas as crianças, sendo que sua importância demonstra-se ainda mais quando a criança a quem nos referimos se encontra nas

unidades de acolhimento, uma vez que sua história de vida aponta para as negligências sofridas.

Segundo o artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança possui direito à liberdade, compreendida dentro de diversos aspectos, sendo um deles, o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se (BRASIL,1991). Nessa perspectiva, corroborando a importância da presença do lúdico neste ambiente, alguns autores como Kishimoto (1994) e Piaget (1964) afirmam que o lúdico é uma ferramenta que possibilita a criança externalizar situações internas, pois, brincando interage socialmente, cria vínculos afetivos, adquire autonomia para se expressar livremente e cria gosto pela vida. Conforme Oliveira (2000, p.7-8):

[...] é brincando que a criança elabora progressivamente o luto pela perda relativa dos cuidados maternos, assim como encontra forças e descobre estratégias para enfrentar o desafio de andar com as próprias pernas e pensar aos poucos com a sua própria cabeça, assim assumindo a responsabilidade por seus atos. Constitui-se assim na ferramenta por excelência de que dispõe para compreender a viver.

Sendo assim, o brincar nas unidades de acolhimento poderá auxiliar as crianças e adolescentes no sentido de superar traumas, sentindo-se inseridos e respeitados como sujeitos detentores de direitos e construtores de sua própria identidade.

A essência em si do brincar, já justifica a prática de tais atividades nas unidades de acolhimento, pois de acordo com Oliveira (2014, p. 9) “quanto mais as crianças brincam, mais se evidencia a alegria em sua vida social”. Desse modo, Barbosa (2017, p. 65) vem corroborar quando afirma que “o brincar é uma ação da criança que, desde o seu nascimento, vai tomando formas e funções diferentes. Isso graças ao processo cultural que essa criança se encontra e as relações que estabelece”.

Como o lúdico torna-se atividade intrínseca ao ser humano, Vygotsky (2009 apud BARBOSA 2017, p. 64) traz a seguinte definição: “a brincadeira é a escola da vida para a criança, educa-a espiritual e fisicamente. Seu significado é enorme para formação do caráter e da visão de mundo do futuro homem”.

Ademais, a brincadeira deve ser estimulada e valorizada por familiares e educadores, seja em casa ou na escola, ou em qualquer outro lugar onde haja interação entre crianças, pois, por meio das mais variadas brincadeiras, as crianças vão formando seu caráter aprendendo a lidar com diversas situações que

contribuirão para o seu aprendizado com ricas e prazerosas experiências e principalmente para sua formação como pessoa, tendo em vista que os momentos lúdicos poderão despertar interesses e qualidades significativas.

Não obstante, e apesar de a brincadeira para muitos estar ligada ao ócio, ser considerada passa tempo ou perda de tempo, Barbosa (2017, p. 78) adverte: “a brincadeira não proporciona apenas aprendizados pedagógicos, mas possibilita vivências de prazer e desprazer, elementos essenciais para o tornar-se humano”.

Outrossim, é por meio da brincadeira que a criança se diverte e interage com outras crianças, em uma relação saudável que promove bem estar e uma sensação boa de liberdade, onde ela fica completamente à vontade para se alegrar e ser feliz, explorando suas capacidades e habilidades mentais, psicológicas e cognitivas que se desenvolvem naturalmente e de maneira mais eficiente quando a prática lúdica por meio de brincadeiras faz parte constantemente da sua vida. Barbosa (2017, p. 80) destaca que:

O brincar é o modo de a criança conhecer o mundo e se conhecer. Não há teoria que negue sua relevância. E na perspectiva histórico-cultural, a brincadeira é aprendizagem social em que as crianças, por meio da própria experiência cultural, e se relacionando com outras pessoas, fazem suas descobertas e direcionam suas ações.

Portanto, torna-se evidente como os aspectos lúdicos, o jogo, a brincadeira, trazem novos significados à vida humana, aspectos até então negligenciados, porém, quando avaliados tornam-se claros e suas contribuições inegáveis.

3.2 A presença de atividades lúdicas no abrigo institucional do município de Breves-PA: descrição e análise

Como descrito anteriormente, o tema desta pesquisa foi algo que nos trouxe certa inquietação desde a metade do curso de graduação em Pedagogia. Logo quando decidimos pela pesquisa e optamos por trabalhar esse tema, muitos colegas e professores nos alertaram que o *lócus* de nossa pesquisa era um espaço muito restrito e até “melindroso”, pelo fato do local ser de alta complexidade e difícil acesso.

Dessa forma, já estávamos cientes de que não seria fácil desenvolver uma pesquisa em tal ambiente, e como não fomos acostumados com nada fácil na vida,

mergulhamos no tema, fazendo pesquisas, buscas na internet, e conversando com alguns amigos que tinham conhecimento sobre o espaço. Porém, não sabíamos que seria tão árdua a investigação de campo.

Destacamos vários empecilhos que atrasaram nossa pesquisa. Em muitos momentos pensamos até em desistir da mesma, pois a demora em conseguir adentrar o campo de pesquisa foi um obstáculo bastante difícil e que nos preocupou muito desde o início. Felizmente, depois de muito ir e vir, com muita força de vontade, conseguimos autorização para adentrar ao *lócus* da pesquisa e realizar a mesma.

Apesar de ter autorização, mediante documentação para realizar a pesquisa, pouco tempo nos foi permitido de observação e reconhecimento do ambiente, sendo assim, eu aproveitava os momentos de espera para ser atendida para fazer minhas observações. Desse modo, apesar de pouco tempo, nos foi possível observar algumas situações que nos trouxeram bastante inquietação, como discoremos mais adiante.

Durante todo o período de nossa pesquisa, foram raras as vezes que presenciamos as crianças e adolescentes participando de brincadeiras. Além do mais, nosso contato com os abrigados foi muito restrito, ora estavam para a escola, ora para o curso de Libras, ora estavam fazendo as tarefas da escola, ora para o fórum (instalações do Poder Judiciário), ora em horário de visita, ora ao médico, etc. De certo é que, nunca estavam disponíveis para conversarmos com os mesmos. Após muita insistência de nossa parte, conseguimos conversar com uma criança e um adolescente abrigado.

Sobre os profissionais participantes desta pesquisa, destacam-se 06 profissionais, dentre eles 01 (uma) coordenadora (assistente social), 01 (uma) pedagoga e 04 (quatro) cuidadoras/educadoras de turnos diferentes.

Todos os entrevistados que atuam no abrigo estão há pouco tempo exercendo a atividade, sendo a coordenadora 01 (um) ano e as cuidadoras variam de 02 a 08 meses; a pedagoga encontra-se na unidade somente há 01 (um) mês. A faixa etária dos funcionários entrevistados girava em torno de 23 a 37 anos. Parte das cuidadoras não tinha experiência profissional no trabalho com crianças e adolescentes, somente foi verificada a experiência de trabalho como babá para algumas delas.

As entrevistas realizaram-se individualmente na sala da coordenação, sendo utilizados os roteiros de entrevista dispostos em anexo. Utilizou-se ainda o gravador de voz do aparelho de celular para registrar as entrevistas.

Como todos os nossos interlocutores trabalham sob forma de contrato, percebeu-se que alguns ficaram receosos em responder algumas perguntas de nossa entrevista. Mesmo esclarecendo os fins da pesquisa e garantindo o sigilo dos entrevistados, alguns limitaram-se a responder somente o básico, sem querer mostrar ou relatar algo que possa comprometer a imagem do abrigo ou não condizer com aquilo que se espera e que deve ser feito em uma instituição que tem o dever de assistir, cuidar e dar condições necessárias para que as crianças ali abrigadas possam ter seus direitos garantidos.

O regime de trabalho dos funcionários do abrigo dá-se por plantão, sendo de 06 horas cada, e todas as cuidadoras são responsáveis por todos os abrigados, ou seja, não há uma separação de crianças por cuidadora/educadora. Vale salientar que todas que ocupam essa função são do sexo feminino. Percebeu-se que o nível de instrução das mesmas varia do ensino fundamental ao ensino médio. Somente a pedagoga e a coordenadora do abrigo possuem nível superior.

Como já foi dito, nos embasaremos na análise de conteúdo de Bardin (2006) para realizarmos a análise e sistematização de dados, a partir da qual foi possível alcançarmos os objetivos postulados por esta pesquisa.

A primeira fase da análise de conteúdo consiste na pré-análise. Nesta delimitamos e sistematizamos os dados da pesquisa, os quais são as entrevistas de oito interlocutores, as quais foram transcritas na íntegra utilizando os programas de computador Media Player e Word.

Após essa fase elaboramos quatro categorias, tomando por base o referencial teórico e os dados coletados na pesquisa, sendo estas: Ausência de brinquedos e materiais pedagógicos; Baixa frequência de atividades lúdicas e jogos no tempo livre dos acolhidos; Influência das atividades lúdicas no desenvolvimento infantil das crianças e adolescentes acolhidos; e Falta de espaço adequado para a prática e realização de jogos e atividades lúdicas. Essas categorias foram delimitadas utilizando o quadro matricial nos moldes de Câmara (2013), e no tópico seguinte descrevemos e discutimos as categorias levantadas.

3.2.1 Ausência de brinquedos e materiais pedagógicos

Quadro 2- Quadro Matricial da categoria “Ausência de brinquedos e materiais pedagógicos”.	
Pergunta	Você faz uso de brinquedo e brincadeiras em suas interações com as crianças? Quais?
Respostas	<p>Pedagoga: Não, porque não há brinquedos disponíveis aqui no abrigo. [...] só a questão que poderia ter mais brinquedos disponíveis, porque não há, não há brinquedos para as crianças brincarem. Aí quando eu quero brincar com elas, eu tenho que trazer de casa alguma coisa. Então eu tenho que trazer de casa alguns materiais que podem entrar aqui.</p> <p>Cuidadora C: Brinquedo não. O único brinquedo que a gente tem é a bola, que a gente fica ali no pátio brincando com eles. [...] Não tem brinquedo.</p> <p>Cuidadora D: Sim, às vezes o material, a gente às vezes tem uma dificuldade de conseguir. [...] acho que seria ter, vir mais materiais pra isso, pra gente poder trabalhar melhor com eles.</p> <p>Coordenadora: Olha, pra mim a maior dificuldade como coordenadora é de tá adquirindo os matérias, né? Porque antes a SEMED fornecia pra gente; agora não tão mais fornecendo; aí a gente tem pouco material, tem o mínimo do mínimo que a gente tem; aí vai trabalhando com material reciclável; aí a gente vai conseguindo.</p> <p>Criança: Mais ou menos.</p>

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo/ 2019

Como podemos observar através da fala dos entrevistados (Pedagoga, Cuidadora C, Cuidadora D, Coordenadora e Criança) a ausência de brinquedos e materiais pedagógicos é um obstáculo para a realização de atividades lúdicas e jogos no espaço do abrigo. Dessa forma, a falta de tais materiais implica na baixa frequência de práticas lúdicas por parte das cuidadoras.

A cuidadora B, até relata sobre uma bola que eles possuem, mas acreditamos que as práticas lúdicas não podem reduzir-se apenas a um objeto. Nesse sentido, Barbosa (2017, p.139) descreve:

O estímulo é muito importante, e não desconsideramos a sua existência para o desenvolvimento infantil, como não desconsideramos a importância dos recursos pedagógicos para o aprendizado. A problemática é quando apenas essa ação é valorizada e o brincar espontâneo é apenas visto como um passatempo, ou uma perda de tempo.

Sendo assim, o brincar não deve estar restrito ao uso de brinquedos, pois outras formas de brincar devem ser valorizadas, bem como o brincar espontâneo. Outro ponto a ser destacado é que os profissionais que trabalham no abrigo, como

as cuidadoras e pedagoga, não podem ser os responsáveis por estar adquirindo ou trazendo de suas casas os recursos e materiais pedagógicos para a realização das brincadeiras, como percebemos através da fala da pedagoga, devendo esta obrigação estar entre as atribuições dos gestores das secretarias responsáveis pelo abrigo junto à gestão municipal e federal.

Corroboramos a importância do referido espaço possuir esses materiais, haja vista que o ambiente a qual nos mencionamos acolhe crianças e adolescentes destituídos de algum direito e vítimas de algum tipo de negligência. Sendo assim, esse espaço não pode contribuir ainda mais para a violação do direito da criança à brincadeira com o suporte dos materiais necessários.

Desse modo, o mesmo enquanto entidade que visa resguardar essas crianças, protegendo-as e assegurando todos os seus direitos, não pode privá-las da brincadeira, devendo buscar entre os órgãos competentes e secretarias responsáveis, e até mesmo parcerias com outras entidades não governamentais, para a efetiva garantia do direito à brincadeira das crianças e adolescentes acolhidos, haja vista que esta encontra-se atrelada ao uso de brinquedos e demais artefatos lúdicos.

Contudo, compreendemos que a ludicidade não deve resumir-se apenas ao uso de objetos físicos, podendo esta ser construída e realizada de diversas formas. De acordo com Brougère (2004, p. 9), “o brinquedo não condiciona a ação da criança: ele lhe oferece um suporte determinado, mas que ganhará novos significados através da brincadeira”. Neste sentido, o brinquedo pode ser uma ferramenta excelente no trabalho com crianças, porém o lúdico não deve restringir-se apenas ao uso deste instrumento.

3.2.2 Baixa frequência de atividades lúdicas e jogos no tempo livre dos acolhidos

Quadro 3 - Quadro Matricial da categoria “Baixa frequência de atividades lúdicas e jogos no tempo livre dos acolhidos”	
Pergunta	As brincadeiras e atividades lúdicas estão presentes no seu dia com as crianças? De que forma?

Respostas	<p>Cuidadora A: Olha tem várias brincadeiras, várias maneiras, né, assim tem mais no final de semana.</p> <p>Cuidadora B: A gente tenta, né? Desenvolver [...] mas as dinâmicas e as brincadeira, a gente desenvolve mais no final de semana.</p> <p>Cuidadora C: Olha, só quando eles estão mesmo por aqui, que eles saem a tarde, né? A gente passa mais tempo com eles a tarde e final de semana. [...] Eu acho que por esse fato de eles não terem muito pra onde ir, como eles ficam muito preso, só escola e pra cá, eles ficam bem agitados; poderia ter mais atividade pra eles fazerem, mais brincadeira.</p> <p>Coordenadora: No meu dia a dia com as crianças, mais precisamente não, porque eu não tô mais direto lá com elas, eu fico mais trabalhando na parte burocrática e administrativa; aí eu não tenho muito esse contato.</p> <p>Criança: Mais ou menos, de tarde elas fazem mais.</p>
-----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo/ 2019

Através da pesquisa constatou-se que a prática de jogos e atividades lúdicas entre as crianças e adolescentes acolhidos não ocorre cotidianamente, mas está restrita na maioria das vezes aos finais de semana, como observado na fala da maior parte dos entrevistados. Apesar de algumas cuidadoras (A, B e D) informarem que há um horário destinado à brincadeira diariamente (sendo das 09 às 10h e das 16 às 17h), esse momento não ocorre de forma planejada, nem organizada, nos moldes pedagógicos. Barbosa (2017, p. 142) descreve:

Apesar dos avanços em diversas pesquisas, apontando o brincar como ação importante ao desenvolvimento infantil, de parecer algo tão claro e óbvio, ainda enfrentamos uma resistência em inserir essa atividade nas instituições ou aceitá-la livremente na rotina das crianças. Sobretudo as brincadeiras espontâneas, que por não possuírem um objetivo pedagógico, com um planejamento do que se pretende atingir, é julgada como se não apresentasse uma relevância ao desenvolvimento da criança.

Uma vez que as atividades lúdicas acrescentam em muitos aspectos na vida da criança, enfatiza-se a urgência de tais práticas lúdicas no espaço do abrigo. Percebeu-se durante a pesquisa que os acolhidos, tanto as crianças como os adolescentes, gostam de brincar e são bastante receptivos a novas atividades, porém as brincadeiras organizadas pelas cuidadoras ficam restritas aos finais de semana, quando ocorrem. Durante a semana, as crianças mesmo, quando desejam, realizam alguma atividade e convidam as cuidadoras para participar.

Quando questionamos a respeito do planejamento das atividades lúdicas para a pedagoga, ela respondeu o seguinte: “Não, não são planejadas, não há um planejamento; o que eu penso, assim eu já trago para fazer, da minha cabeça mesmo que eu penso, eu faço com eles; mas não há um planejamento”. Percebe-se com esta fala, um despreparo por parte da profissional acerca do trabalho lúdico

com crianças e adolescentes. Sua atuação carece de um planejamento, bem como toda e qualquer atividade educativa que almeje sucesso deve ser planejada.

Alegar falta de tempo, planejamento ou recursos não pode ser empecilho para a não realização de atividades lúdicas. A brincadeira não pode estar limitada apenas a um dia ou dois da semana, pois tal prática deve ser corriqueira em um ambiente que acolhe crianças, e seu desenvolvimento deve ser realizado de forma planejada, organizada e séria, buscando alternativas de jogos e brincadeiras diversificadas que envolvam tanto as crianças, como os adolescentes. Nesse sentido, Barbosa (2017, p. 77) adverte:

O brincar envolve a criança por completo, tem a organização antes da ação, cheio de expectativas e planos, tem a execução animada com mil e umas sensações e tem o final da ação com uma realização plena, vitoriosa ou com a frustração da interrupção de um adulto.

Portanto, as práticas lúdicas envolvem os participantes, despertando um misto de sensações e sentimentos, aflora-se a criatividade e imaginação. Desse modo, é imprescindível que tais atividades, consideradas valiosas, sejam práticas constantes não somente na fala, mas impreterivelmente efetivadas no campo da experiência.

3.2.3 Influência das atividades lúdicas no desenvolvimento infantil das crianças e adolescentes acolhidos

Quadro 4 - Quadro Matricial da categoria “Influência das atividades lúdicas no desenvolvimento infantil das crianças e adolescentes acolhidos”	
Pergunta	Você acha que a brincadeira pode influenciar de alguma maneira no Desenvolvimento Infantil? Como pode influenciar?
Respostas	<p>Pedagoga: Sim, pode influenciar no desenvolvimento motor, no cognitivo, no emocional das crianças, até mesmo no físico. [...] Pode aprender muita coisa, né? Desenvolver o psicológico, a memorização, muitas coisas.</p> <p>Cuidadora A: Com certeza, né? É porque, se eles tiverem essa liberdade para brincar; se eles gostarem da brincadeira, eles começam a interagir juntos, porque aqui, como é o abrigo, eles não podem nem brincar separado, nem afastado; aí a brincadeira quando faz todo mundo junto, traz uma união pra eles, começa a compreender, eles formam o time deles, mas tudo numa brincadeira saudável. Então faz bem sim, tem uma mudança, a gente vê quando eles brincam e quando eles ficam dentro da casa. No caso se chover, eles ficam dentro da casa, eles ficam estressados, se eles saem para brincar, eles ficam alegres, não dão tanto trabalho; eles descarregam todas as energias deles nas brincadeiras; aí eles ficam calmos.</p>

	<p>[...] Olha, eu creio que ela pode aprender, eu acho que ela pode aprender muitas coisas, porque a liberdade é tudo né? Ela pode aprender muitas coisas, ela pode ver o ponto positivo e negativo também né? E ela pode aprender assim que, deixa eu ver como é que eu explico pra senhora, eu creio assim, que a criatividade faz um desempenho muito diferente na vida deles, ser criativo na brincadeira e a liberdade de poder brincar é uma coisa muito maravilhosa na vida deles, então faz uma grande diferença para o bem deles, para a vida deles, porque aqui, como eu lhe falei, como são muitos, quanto mais eles tem a liberdade pra brincar livres, sempre juntos, é melhor para eles, porque nós tem que trazer, nós cuidadoras, essa união, não pode colocar assim, brinca só tú ali, não, tem que tá junto, então a criatividade é muito bom pra eles, porque tem que estar tudo junto, assim eu acho que desenvolve mais a vontade de brincar, de ter liberdade de brincar.</p> <p>[...] Desenvolve uma grande, uma grande atividade na vida deles, uma mudança muito diferente, quando eles brincam que eles têm essa oportunidade, eles tem uma atitude diferente sabe? Como lhe falei, eles ficam mais calmos, mais tranquilos, porque eles gostam que a gente fique brincando, eles nunca gostam que eles brinquem sozinhos, por eles, todo tempo nós tava brincando no meio deles, que nem na queimada, uma cuidadora do lado daqui, uma do lado de lá, então, acho que tem uma mudança muito diferente para o bem deles.</p> <p>Cuidadora B: Sim, com certeza! Porque aqui, eles tem uma infância um pouco diferente e a brincadeira ela leva eles ter um pouco de distração, o comportamento, a sorrir mais, brincar, desenvolver, eu acredito que sim, principalmente toda criança precisa brincar, principalmente as que tão aqui, eu acredito se eu pudesse, se eu tivesse condições e tempo, a gente faria todos os dias, porque a brincadeira é importante, principalmente pras crianças, e é muito bom, torna um clima bem melhor, que as vezes até eu tiro por experiência com meu filho, quando eu digo muito não, quando eu digo muito as coisas, acaba ficando mais difícil lidar com ele, quando a gente leva com brincadeira e tudo mais, as vezes coisas que seria mais difícil de conseguir, torna mais fácil de conseguir, então, tipo hoje se você fizer isso, você vai brincar tal hora, então funciona, eu gosto de trabalhar muito assim.</p> <p>[...] É que ela pode ser divertida e que a vida ela pode ser bem mais leve, se tiver a brincadeira, eu vejo muito por esse lado, principalmente nos dias de hoje, que é um dia que a sociedade ela tá muito tensa, então a criança que tem essa liberdade de brincar, ela tende a ser uma criança menos ansiosa, eu vejo desse lado.</p> <p>Cuidadora D: Sim, elas ficam mais calmas, elas interagem mais com a gente.</p> <p>Coordenadora: Com certeza, influencia sim de maneira positiva, ensina o lúdico né? Ela vai aprendendo a trabalhar a parte motora das crianças né? A brincar, se expressar, tudo isso ajuda e muito.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo/ 2019

Todos os entrevistados apontaram como positiva a prática de atividades lúdicas pelas crianças e adolescentes abrigados. Através das entrevistas, percebe-se na fala dos interlocutores que muitos entendem a importância da lúdico e que benefícios este traz para as crianças e adolescentes, os quais tem a possibilidade de desenvolver-se e trabalhar tanto o cognitivo, quanto o físico, o social e o emocional.

Relataram que, com atividades lúdicas, as crianças ficam mais alegres, divertidas, interagem mais, sentem-se livres por um momento e tem a oportunidade de desenvolver sua autonomia.

Além do mais, segundo as cuidadoras, as brincadeiras contribuem no combate ao estresse, aliviando a tensão presente nesses espaços, deixando-os mais leves e tranquilos, descarregando, dessa forma, suas energias nas atividades. Contribuem ainda na elevação da autoestima e interação social, ajudam na desenvoltura e expressão das crianças acolhidas e trazem união ao grupo consolidando laços de afeto e amizade.

No entanto, apesar de reconhecerem o lúdico como fator de desenvolvimento, as brincadeiras ocorrem mais nos finais de semana, como vimos nas falas da categoria anterior. Durante a semana eles até tem um horário de brincar, porém de forma mais “livre”, sem qualquer planejamento ou mesmo acompanhamento.

Portanto, corroboramos a ideia de alguns autores quando falam do lúdico como algo sério, que tem suas especificidades e que não pode ser realizado de qualquer forma, sendo utilizado apenas como passa tempo ou apenas para acalmar as crianças. Barbosa (2017, p. 77) acrescenta:

E essa arte de brincar produz conhecimento, compartilhado e transformado nas ações das brincadeiras coletivas. A criança, ao dividir com o grupo suas ações, acrescenta no brincar do outro, que irá também transmitir tais ações a outros grupos e nesse ciclo a estrutura sociocultural regula todo processo. Quando a criança brinca, várias habilidades são acionadas, como: atenção, sensibilização, memorização, imaginação, autonomia, criatividade e outros recursos de personalidade.

Destarte, reconhecer a brincadeira como positiva e condutora de inúmeros benefícios para a criança é um ponto relevante, mas como vimos discutindo é preciso trazê-la para o campo prático. Não cabe aqui responsabilizar alguém, é importante lembrar que embora haja boa vontade por parte das cuidadoras no desenvolvimento de atividades, alguns entraves dificultam tal ação.

Chamamos a atenção para um ponto importante, como a capacitação desses profissionais, para que desenvolvam um bom trabalho com as crianças e adolescentes no campo lúdico, é necessário ofertar capacitação, cursos, oficinas, a todos os profissionais atuantes no abrigo. Notou-se um anseio por parte das cuidadoras em ofertar/ desenvolver/ trabalhar jogos diferenciados, interessantes e que despertassem o interesse das crianças. Porém, às vezes por não ter o domínio de um acervo diversificado de atividades, acabavam por cair na rotina ou contingência (de trabalhar só com a bola), ou simplesmente não desenvolver nenhuma atividade.

3.2.4 Falta de espaço adequado para a prática e realização de jogos e atividades lúdicas

Quadro 5- Quadro Matricial da categoria “Falta de espaço adequado para a prática e realização de jogos e atividades lúdicas”.	
Pergunta	Há espaço destinado ao brincar na instituição? Como são esses espaços? Como são utilizados?
Respostas	<p>Pedagoga: Tem a área lá da frente que eles brincam, mais aquela área mesmo.</p> <p>Cuidadora A: Não tem muito espaço, assim, porque a senhora já percebeu, no outro tinha mais, aqui não tem espaço, a casa é grande, mas não tem muito espaço, aqui atrás não dá por causa que tem as roupas, também não pode tá interagindo porque os funcionários estão sempre fazendo alguma manutenção aqui atrás, tem só a frente lá, mas a frente esquentada, e não podemos deixar eles no sol, nós tem que ter esse cuidado com eles, aí só é aquela área lá, e entorno assim que eles brincam, lá na frente, tirando isso, não, ainda é pequeno lá, quando eles estão todos juntos no final de semana, são 17 né? Se ajuntam tudo, aí é pequeno, mas assim mesmo a gente ajunta e eles brincam.</p> <p>[...] Porque se nós tivéssemos um espaço maior, como lhe falei, seria melhor para nós e assim, porque fica meio complicado deles estarem todos juntos assim.</p> <p>Cuidadora B: Olha, o espaço que a gente usa mais pra brincar com eles é a sala e lá na frente né? Porque aqui pra trás não dá, porque tem o serviço das outras funcionárias, aí a gente usa mais o pátio lá e a sala.</p> <p>[...] mas eu acho que o espaço, se tivesse uma área, um quintal vamos supor, com uma área maior, que a única dificuldade que eu tenho é em relação ao espaço que é pequeno pra brincadeira, [...] eu acredito se eu pudesse mudar seria um espaço maior pra poder desenvolver brincadeira com eles.</p> <p>Coordenadora: Nós temos a área da frente da casa, e temos a área aqui atrás também, e temos a sala que elas brincam lá, fazem as pinturas, e tem também as mesas do refeitório que elas usam também, nós temos um espaço lá que tá destinado pra fazer a brinquedoteca, mas, só que não tá pronta ainda, mais futuramente a gente vai fazer.</p> <p>Adolescente: Lá na frente.</p> <p>Criança: No pátio, eles também prometeram brincadeiras fora daqui, mas ainda não falaram onde é.</p>

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo/ 2019

A ausência de um ambiente próprio para a brincadeira no espaço do abrigo foi uma das coisas que mais nos trouxe inquietação. Praticamente o único espaço destinado as práticas lúdicas é o pátio da casa, sendo que este é descoberto e geralmente no horário das 09 às 10h já está quente/ ensolarado, o que dificulta a prática da brincadeira pelas crianças, especialmente as menores. A coordenadora até relata de um espaço destinado para fazer uma brinquedoteca, mas até o momento ainda não havia sido concretizada.

É necessário ressaltar a importância desse ambiente para as crianças, um espaço coberto onde possam brincar, guardar seus brinquedos, conversar com os amigos de modo a não ser interrompida, um lugar que a deixe feliz, confortável e a

vontade para criar e inventar jogos com os demais colegas. Destaca-se a necessidade de uma brinquedoteca nesse espaço, entendendo a como:

[...] um local onde as crianças podem estudar brincando, aprender criando, cantar se expressando, ouvir meditado e contar histórias se divertindo, descobrindo... É um lugar para ser feliz, em que o direito de brincar está garantido. É um espaço alternativo no qual a criança tem acesso a diferentes jogos sem precisar comprá-los, e pode brincar livremente. É um espaço mágico, de fantasia. É um sonho real. É um laboratório onde a criatividade se transforma em aprendizagem. É um local destinado a brincadeiras para crianças de todas as idades, à expressão da linguagem infantil, ao pleno desenvolvimento da criança, ao encontro e à socialização, ao trabalho em equipe e à confecção e restauração de brinquedos (PEREIRA, 2004 p. 10).

Nesse sentido, não basta tirar essas crianças do seio de suas famílias, é necessário oferecer-lhes o conforto e aconchego necessário. É preciso proporcionar-lhes um ambiente em que possam crescer saudáveis e sem nenhum prejuízo ao desenvolvimento afetivo, social, cognitivo e sem retirar-lhes o direito de ser uma criança normal, que brinca e ri.

Notou-se o anseio, tanto por parte dos funcionários quanto por parte dos acolhidos, em ter um local apropriado para a brincadeira. A ausência de determinado espaço desencadeia na baixa frequência de atividades lúdicas, percebendo-se que uma categoria está ligada a outra.

Não obstante, algumas falas de determinados interlocutores nos chamaram especial atenção e merecem destaque neste trabalho. Quando questionamos: “Você encontra alguma dificuldade em trabalhar a ludicidade com as crianças? Descreva essas dificuldades”. As respostas foram bem distintas, porém interessantes. Quatro delas trouxeram um aspecto relevante a ser discutido:

Sim, encontro, porque quando eu trago uma brincadeira para os maiores, os mais novos também querem brincar, e vice-versa. **Todos querem participar de todas as brincadeiras, ninguém gosta de ficar de fora.** Então é mais essa dificuldade que eu encontro. (Pedagoga)

É porque criança, cada ser humano tem um pensamento, né? E a dificuldade é que as vezes assim a senhora dá atenção enquanto tá brincando e se um errar, aí dá atenção para o outro. **Aí eles tem tipo assim o ciúme, como são afastados de mãe e pai eles tem aquele ciúme.** Essa é a dificuldade nossa. Então se errou, se vai corrigir, não **porque gosta mais do outro.** Essas são as dificuldades nas brincadeiras. (Cuidadora A)

Eu gostaria de ter mais, como posso dizer, **mais conhecimento de uma área bem ampla de dinâmicas,** condições pra desenvolver com eles tanto com material que a gente precisa pra brincar com eles, tanto pra o meu aprendizado. Eu acredito que eu tô aprendendo muito com eles. Com isso venho desenvolvendo com eles, mas acredito **se eu tivesse mais**

conhecimento e tempo, com certeza seria bem mais divertido.
(Cuidadora B)

Todas né? Não tem brinquedo. Eles são muito agitados. **Eles vivem aqui, não saem, só saem pra escola.** (Cuidadora C)

Os enunciados acima expostos, nos mostram diferentes entraves apresentados pelas cuidadoras e pedagoga para a realização de atividades lúdicas, dentre eles destacamos a falta de atividades que incluam todos os abrigados, de forma a promover interação entre os mesmos, haja vista que, quando se promove uma dinâmica com uma determinada faixa etária de abrigados, os demais acabam se sentindo excluídos.

Nisto, evidencia-se, ainda, que as crianças e adolescentes abrigados, por não usufruírem do convívio com uma figura materna ou paterna, acabam por idealizar essa figura nas cuidadoras, e neste cenário os abrigados tendem a sentir ciúmes da relação de cuidado dos demais acolhidos com as cuidadoras.

Outro ponto a se destacar, é a falta de formação especializada acerca de atividades ludo-pedagógicas por parte das cuidadoras e pedagoga. Este fator torna-se um empecilho na implementação de dinâmicas diversificadas com os abrigados. Sendo assim, como destacado anteriormente, é essencial a capacitação desses profissionais, por meio de cursos, oficinas e palestras, que visem prepará-los para uma prática efetiva.

A Cuidadora C, inicialmente relata a questão do brinquedo, porém como já destacamos a importância deste, nos ateremos ao final da fala “eles vivem aqui, não saem, só saem pra escola”. Através dessa fala, percebe-se que é necessário e urgente a criação de rotinas de passeios, saídas aos parques e praças da cidade, entendendo que as crianças e adolescentes não podem viver “presas” neste espaço.

Compreendemos que todo ser humano necessita se relacionar com outras pessoas, ser sociável, interagir, criando laços afetivos capazes de criar um sentimento de integração e pertencimento no meio social ao qual está inserido.

Destacamos como positivo, o empenho das profissionais da instituição em oferecer o melhor para as crianças e adolescentes em atendimento, oferecendo-lhes tanto o suporte e apoio nos estudos, no cuidado com a saúde, e como no bem-estar dos acolhidos. Durante a pesquisa pude presenciar várias cenas de cuidado e carinho entre os funcionários e abrigados.

Porém, para que o trabalho seja desenvolvido de forma completa e eficaz, outros órgãos precisam fazer sua parte, ou seja, é preciso um olhar mais comprometido e eficiente por parte das autoridades competentes, pois não basta ceder uma casa, é necessário dar subsídios para que a instituição desenvolva suas atribuições de maneira completa e competente.

É necessário olhar para as especificidades da infância, é preciso compreender suas necessidades, dentre elas o direito ao lúdico, a brincadeira. Não quero aqui romantizar a questão, apenas trazer à baila um assunto pouco debatido dentro desses espaços.

3.3 Contribuições específicas de atividades lúdicas para o desenvolvimento integral de crianças abrigadas a partir de algumas de suas necessidades

Através de autores estudados, e a posteriori à implementação deste trabalho, observou-se que é notório as contribuições das atividades lúdicas para o desenvolvimento infantil. Estas contribuem de forma muito positiva para o bem estar, autoestima, interação, socialização, construção de identidade e autonomia das crianças e adolescentes em unidades de acolhimento. Nesse sentido Barbosa (2017, p. 140) descreve:

Quando brincam, entretanto, elas encontram a possibilidade de ressignificar essa dimensão social, e podem expressar suas angústias com palavras, nas brincadeiras de faz-de-conta, nas músicas, entre outros. Utilizando a imaginação, a criança vai descobrindo novas formas de ser e conviver, operando criativamente no mundo.

De acordo com a autora, através da brincadeira as crianças podem explorar um mundo imaginário, em que elas são protagonistas, onde podem expressar-se livremente, e descobrir-se mutuamente. Nesse viés, a Cuidadora A corrobora:

[...] porque se eles tiverem essa liberdade para brincar, se eles gostarem da brincadeira, eles começam a interagir juntos. Aí a brincadeira, quando faz todo mundo junto, traz uma união pra eles, começa a compreender. Eles formam o time deles, mas tudo numa brincadeira saudável. Então faz bem sim, tem uma mudança. A gente vê, quando eles brincam e quando eles ficam dentro da casa. No caso se chover, eles ficam dentro da casa, eles ficam estressados. Se eles saem para brincar, eles ficam alegres, não dão tanto trabalho, eles descarregam todas as energias deles nas brincadeiras. Aí eles ficam calmos.

Portanto, através dos enunciados acima expostos, percebe-se variados benefícios advindos das práticas lúdicas, como exemplo, o bem estar das crianças acolhidas em suas relações e interações sociais.

Porém, vale ressaltar que tais atividades devem ser desenvolvidas e planejadas de forma séria e comprometida. Nesse sentido, apresentamos uma proposta de intervenção com base no observado no espaço do abrigo. Tal proposta, não tem por pretensão tornar a prática de jogos e atividade lúdicas algo imposto e obrigatório, o que difere do real sentido do lúdico, mas sim, contribuir com uma proposta diferente e diversificada de jogos e brincadeiras.

Sendo assim, apresentamos no quadro a seguir algumas atividades lúdicas que podem ser realizadas com as crianças e adolescentes no espaço do abrigo. Ressalta-se que a maioria das atividades apontadas não necessita de muitos materiais ou materiais pedagógicos para sua realização, buscando facilitar sua efetivação.

Quadro 6 - Proposta de Atividades Lúdicas para o Espaço do Abrigo Institucional.

Atividades Lúdicas para crianças e adolescentes	
Atividades lúdicas que propiciam e desenvolvam...	Nome da atividade
A interação, socialização, afetividade, trabalho em equipe e cooperação.	Dança das cadeiras ao contrário; Arranca mandioca; Salada de Frutas; Sapos em fila; Batata-quente dos bichos; Cabo de guerra; Boizinho; O feiticeiro e as estátuas; Pegador; Cobra grande; Jogo das Expressões; A sopa está pronta; Marcha do caranguejo; Abraços musicais; Dança do Jornal; O Carteiro e Trenzinho.
A autoconfiança, autoestima e autonomia.	A cadeira quente; Cofre de tesouro oculto; O Círculo das adivinhações; Faz de conta; Pesca com peneira; Patins engraçados; Argola e Avião pegador.
A diversão e o prazer pela brincadeira, a expressão corporal, a agilidade, a coordenação motora ampla, a atenção, concentração, observação, percepção visual, dentre outras.	Corrida de Nariz; Elefantinho colorido; Revezamento do Coelhoinho; Dia e Noite; Passa o chapéu; Competição da bolinha; Corrida da bolinha; Malabarismo; Pega, pega coelho; Estoura balões; Apanhador de Batatas; Terra-Mar; Corrida do milho; O cachorro e o gato; A Guerra dos Balões; Corrida Canguru; Pif das palavras; Quebra-cabeça palavra-figura; Bingo da letra inicial; Jogo do tapa a tapa; Caça-palavras reciclado; Feirinha; Corrida das Letras; Dominó das Letras; Jogo da velha e Roleta dos números.

Fonte: Levantamento bibliográfico da autora (2019)

Acredita-se que a partir das atividades apresentadas, o acervo de atividades lúdicas do abrigo possa ser aprimorado e maximizado. Nesse sentido, espera-se que haja um engajamento por parte da equipe técnica do abrigo para a devida efetivação das atividades lúdicas.

Percebeu-se através da fala de algumas cuidadoras que a maioria das crianças e adolescentes acolhidos gosta de participar de todas as brincadeiras e jogos realizados no espaço do abrigo. Sendo assim, optamos por trazer atividades que envolvessem a todos para que nenhum ficasse de fora.

Compreendemos que as crianças que convivem normalmente no seio familiar e, muito mais as que se encontram em condições de acolhimento, precisam serem assistidas com um olhar diferenciado em seus cuidados em todos os aspectos. Mas, principalmente no que diz respeito às práticas pedagógicas de uma forma lúdica, onde o brincar, o brinquedo, a brincadeira e o jogo com um direcionamento específico e bem trabalhado se adequando à realidade dessas crianças, contribuirá de maneira bastante positiva para que elas possam, além de desenvolver habilidades, relacionar-se melhor com o outro e ter uma vida mais completa e feliz.

4 À GUIZA DE CONCLUSÃO

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir além dele. (Paulo Freire)”

Não se trata de concluir, muito menos esgotar o assunto, buscou-se neste trabalho refletir acerca de como vem sendo trabalhado a questão da ludicidade no âmbito das unidades de acolhimento e ainda despertar para um assunto tão importante e de extrema urgência que é o brincar.

Não falamos aqui do brincar por brincar, ou brincar como passatempo, muito menos para entreter. Falamos do brincar como fio condutor da vida, como a linguagem da alma, em que a liberdade, a imprevisibilidade, a criatividade, a imaginação e tantos outros sentimentos se fazem presente.

Nesse contexto, ao retomarmos a problemática desta pesquisa, pode-se inferir que, são inegáveis as contribuições das atividades lúdicas para o desenvolvimento / formação das crianças em atendimento, as quais, através da brincadeira tem a oportunidade de desenvolver-se física, psicológica, cognitiva, social e afetivamente, dentre outros aspectos.

Apesar de constatado de que as brincadeiras no contexto do abrigo pesquisado não ocorrerem de forma cotidiana, organizada e planejada, percebeu-se que as práticas lúdicas quando realizadas propiciam o desenvolvimento infantil. Esse desenvolvimento é perceptível no âmbito cognitivo, afetivo e social. De acordo com Bomtempo (2000 apud SOUSA 2006, p. 139):

[...] brincar fornece uma oportunidade de expansão ao mundo das crianças, ao mesmo tempo que beneficia o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, levando, com êxito, a aprendizagens futuras.

Sendo assim, o brincar está intrínseco ao ser humano, como algo natural, humano, fator de desenvolvimento e aprendizagens. Pode-se dizer que, brincando, damos sentido à vida.

Não obstante, no decorrer deste trabalho, percebeu-se que a concepção de infância foi sendo construída com o decorrer do tempo, enquanto a adolescência

ainda nem existia⁶. Desse modo, crianças e adolescentes sempre tiveram que batalhar por seu espaço na sociedade, entre lutas e resistências.

Destarte, ressalta-se um conjunto de legislações nacionais e internacionais que impulsionaram mudanças em relação a concepção de infância e adolescência, dentre elas destaca-se a nível internacional a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959, e a nível nacional a Constituição Cidadã de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Tais dispositivos contribuíram e foram marcos essenciais no reconhecimento destes como cidadãos detentores de direitos.

Desse modo, apesar de intensas batalhas e movimentações em prol destas categorias, percebe-se que muito se tem conquistado no campo dos direitos, porém há que se observar que muita coisa ainda precisa ser materializada.

Embora ocorridas inúmeras mudanças no campo legal, há muito que se avançar no campo da prática. E para avançar é necessário que o coletivo aja em prol de um bem maior, os governantes interligados às secretarias municipais, e estas às unidades de acolhimento, assim como, a todos os órgãos e entidades comprometidas com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, com apoio das Instituições de Educação. Só assim, poderão juntos efetivar e garantir um atendimento adequado e que atente ao pleno desenvolvimento infantil.

Salienta-se o pouco investimento nas instituições de acolhimento, o que demonstra-se na ausência de brinquedos e materiais pedagógicos adequados para se trabalhar no abrigo. Percebeu-se, ainda, a falta de um ambiente propício à brincadeira. Consideramos que o brincar também está muito atrelado à natureza, pois, não há como brincar presos, numa casa “caixa” onde só há paredes.

Outro fato importante a se considerar é que são tantas as situações para as crianças abrigadas resolverem que não sobra tempo para o brincar, que é uma tarefa tão importante para elas. É imprescindível sentirem-se livres para brincar:

Muito se fala da importância do brincar, mas ainda temos uma resistência enorme em deixar as crianças livres para tal atividade. Mesmo que as brincadeiras sejam permitidas, os adultos sentem necessidade de controlar, de direcionar e colocar algum propósito nelas (BARBOSA 2017, p. 46).

Outrossim, é preciso deixá-las brincar de forma espontânea, sem necessariamente um adulto direcionar. É preciso demonstrar confiança nas crianças e trabalhar sua autonomia.

⁶ Segundo Ariès (1981, p.30-34), até o século XVIII a adolescência foi confundida com a infância. Não se possuía a ideia do que hoje chamamos de adolescência, e essa ideia demoraria a se formar.

Ademais, almeja-se um olhar mais compromissado por parte de nossos governantes no sentido de políticas públicas voltadas para as Unidades de Acolhimento Institucional, bem como para a capacitação dos profissionais ali atuantes, até mesmo parcerias com as Universidades e Instituições de Educação locais. Tendo em vista a necessidade de um trabalho mais completo e eficaz por parte da equipe técnica dessas Unidades, que promova de fato o desenvolvimento da população infanto-juvenil privada temporariamente do convívio familiar através de práticas lúdicas amparadas e consolidadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Barbosa (2017, p. 39) resume muito bem nosso sentimento quando descreve:

Lutar por uma infância livre, segura e feliz é realmente um caminho interminável dentro do modo de organização que essa sociedade se encontra. E a concepção de infância que essa pesquisa pretende refletir é exatamente aquela que permite a criança ser criança. Que a deixa ser protagonista e autônoma. Que permite a ela falar e se expressar, fazer escolhas e brincar.

Portanto, o fator acolhimento não pode ser empecilho para uma infância saudável, cheia de vida e alegria. Acreditamos que o brincar deve estar presente em todo e qualquer ambiente que trabalhe e desenvolva atividades com crianças.

Conclui-se que, no transcorrer da história muito se avançou no campo legal quando se fala em legislação para a população infanto-juvenil. Temos o ECA no Brasil como referência mundial concernente à proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Porém, é necessário efetivar esses direitos no campo prático, dentre eles, destacamos o direito ao brincar, o qual tem sido deixado de lado em instituições que acolhem crianças e adolescentes, como observado neste trabalho.

O direito ao brincar deve ser garantido não somente no papel ou na fala dos profissionais atuantes nestes espaços. Este deve ser efetivado nas práticas cotidianas, haja vista o momento delicado em que passam essas crianças e talvez o lúdico seja uma possibilidade de esquecimento ou fuga momentânea desse mundo de problemas e sofrimento. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de investimentos nesses espaços, pois uma estrutura adequada colabora para o desenvolver das crianças que ali residem. Por fim, destaca-se a importância de discussões como esta, no sentido de fomentar a concretização de práticas lúdicas

dentro desses ambientes, bem como a valorização do brincar como elemento essencial e indispensável ao desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/49535-Como-fazer-uma-pesquisa-bibliografica.html>> Acessado em: 10.01.2019.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAPTISTA, Myrian Veras. (coord.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

BARBOSA, Ana Paula Sampaio. **O brincar como possibilidade de desenvolvimento infantil em acolhimento institucional**. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 Dez. 2018.

_____. **Decreto nº 17.943, de 12 de outubro de 1927. Código de Menores**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03.Fev.2019.

_____. Lei de 16 de dezembro de 1830 – **Código Criminal do Império do Brasil**. Poder executivo: 1830.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, 1991.

_____. **Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2006.

BREVES. SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Projeto Político Pedagógico (PPP) do Abrigo Institucional do Município de Breves-Pá (2018 -2022)**.

BRITO, Cleidiane dos Passos. **Abrigo Institucional de Crianças e Adolescentes: um estudo do acolhimento institucional e as implicações atuais para o atendimento desta política no município de Breves-PA**. Universidade Federal do Pará. 2015.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. Revisão técnica e versão brasileira adaptada por Gisela Wajskop. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

CÂMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo:** da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas as organizações. Revista Interinstitucional de Psicologia, 2013.

CARVALHO, M.C.B. (Org.). **Trabalhando em Abrigos.** São Paulo: IEE-PUC/SP, 1993.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. *In:* RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). **A arte de governar crianças:** A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Franchys Marizethe Nascimento Santana; ROJAS, Jucimara Silva. **Aspectos lúdicos contribuindo no resgate da autoestima e na inclusão da criança abrigada.** Disponível em:
http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10554_6035.pdf. Acesso em: 02.01.19.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

LEMOS, Cleide de Oliveira. **Crianças e Adolescentes:** A Constituição de Novos Sujeitos de Direitos.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação:** Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec. 1997.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NEGRÃO, Adriane Vasti Gonçalves; CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. **Acolhimento institucional em tempos de mudança:** uma questão em análise. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP).Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109167>> Acesso em 17 abr. 2019.

OLIVEIRA, V. B. **O Brincar e a Criança do Nascimento aos Seis Anos.**
In: _____ (org.) *O Brincar e a Criança do Nascimento aos Seis Anos.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Sonia Cristina de. **Brincadeiras e crianças institucionalizadas.**
Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7517_5287.pdf. Acesso em 29.Dez.18.

_____. **Brincadeiras em institucionalização:** uma análise etnográfica da ludicidade com crianças abrigadas. Disponível em:
http://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7517_5287.pdf. Acesso em 29.Dez.18.

OLIVIER, Giovanina Gomes de Freitas. Lúdico e Escola: entre a Obrigação e o Prazer. *In:* MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lúdico, educação e educação física.** 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

PEREIRA, Natividade. **Brinquedoteca:** jogos, brinquedos e brincadeiras. São Paulo: Paulinas, 2004.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança:** imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1964.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza (et al.). **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, Edições Loyola, UNICEF, CIESPI, 2004.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedoteca:** o lúdico em diferentes contextos. Petrópolis, R.I.: Vozes, 1999.

SOUSA, Anamaria Rodrigues Resende de. **Abrigar ... brincar:** um estudo sobre as vivências lúdicas entre educadoras e crianças de um abrigo. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Uberlândia -MG, 2006. Disponível em:<<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1471>>. Acesso em:10.Out. 2018.

SILVEIRA, Jessica Ziegler de Andrade. **A Proteção Integral e o Melhor Interesse da Criança e do Adolescente:** Uma Abordagem à Luz da Lei N. 8.069/90. (Monografia Graduação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos I. 2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS

APÊNDICE B: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - CUIDADORAS/EDUCADORAS E COORDENADORA

APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
 CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GRADUANDA: ALINE RODRIGUES CAVALCANTE DE SOUZA

**TCC: AS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LÚDICAS PARA O
 DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO
 MUNICÍPIO DE BREVES-PA**

OBJETIVOS

GERAL:

Analisar as contribuições das atividades lúdicas realizadas em um abrigo no município de Breves/PA para o desenvolvimento / formação das crianças em atendimento.

ESPECÍFICOS:

Descrever a realização de atividades lúdicas voltadas ao desenvolvimento infantil no contexto de um abrigo institucional de Breves/PA;

Identificar e analisar os âmbitos de desenvolvimento infantil favorecidos pela realização de atividades lúdicas no abrigo institucional.

PERFIL DOS/AS INTERLOCUTORES/AS

Nome (opcional): _____

Idade: _____

Sexo: () M () F

Série em que está matriculado(a): _____

Data de realização da entrevista: _____

Hora: _____

Local: _____

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – Crianças e Adolescentes acolhidos

- 1- Você participa de brincadeiras no espaço do abrigo? Quais são essas brincadeiras? Como elas são? Qual sua brincadeira favorita?
- 2- As educadoras/cuidadoras realizam brincadeiras com vocês? Quais foram essas brincadeiras?
- 3- Quais são os dias e horários de realização de jogos e brincadeiras no abrigo?
- 4- Você gosta de brincar com as crianças do abrigo? Quais são as crianças com quem você brinca mais? Do que vocês brincam juntos?
- 5- Qual é o lugar do abrigo que você fica mais à vontade para brincar?
- 6- Tem brinquedos no abrigo para você e seus amigos? Quais são esses brinquedos? Quais brinquedos novos poderiam ser adquiridos para melhorar as brincadeiras?
- 7- Além de brincar no abrigo, vocês brincam em outros lugares? Quais são esses lugares? Quando vocês vão brincar nesses lugares?
- 8- O que você acha que você aprende quando está brincando?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
 CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GRADUANDA: ALINE RODRIGUES CAVALCANTE DE SOUZA

**TCC: AS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LÚDICAS PARA O
 DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO
 MUNICÍPIO DE BREVES-PA**

OBJETIVOS

GERAL:

Analisar as contribuições das atividades lúdicas realizadas em um abrigo no município de Breves/PA para o desenvolvimento / formação das crianças em atendimento.

ESPECÍFICOS:

Descrever a realização de atividades lúdicas voltadas ao desenvolvimento infantil no contexto de um abrigo institucional de Breves/PA;

Identificar e analisar os âmbitos de desenvolvimento infantil favorecidos pela realização de atividades lúdicas no abrigo institucional.

PERFIL DOS/AS INTERLOCUTORES/AS

Nome (opcional): _____

Idade: _____

Sexo: () M () F

Formação: _____

Função: _____

Tempo de experiência na função: _____

Carga Horária de Trabalho: _____

Número de Crianças e Adolescentes atendidos: _____

Quantidade de crianças que é responsável e a idade das mesmas: _____

Data de realização da entrevista: _____

Hora: _____

Local: _____

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – Cuidadoras/Educadoras e Coordenadora

- 1- As brincadeiras e atividades lúdicas estão presentes no seu dia a dia com as crianças? De que forma?
- 2- Você acha que a brincadeira pode influenciar de alguma maneira no desenvolvimento infantil? Como pode influenciar?
- 3- Você faz uso de brinquedo e brincadeiras em suas interações com as crianças? Quais?
- 4- Há espaço destinado ao brincar na instituição? Como são esses espaços? Como são utilizados?
- 5- Há momentos destinados para o brincar livre das crianças? Se sim, como ocorre?
- 6- O que pode aprender uma criança que tem a oportunidade de brincar de forma livre e criativa?

- 7- Você utiliza o brincar dirigido com as crianças? Quais atividades são geralmente realizadas? Essas atividades contribuem de que maneira para o desenvolvimento infantil?
- 8- Como são planejadas as atividades lúdicas desenvolvidas com as crianças e adolescentes?
- 9- Você encontra alguma dificuldade em trabalhar a ludicidade com as crianças? Descreva essas dificuldades.
- 10- Você acha que algo necessita ser mudado na instituição para melhorar na qualidade do atendimento prestado às crianças e adolescentes acolhidos? O que poderia ser modificado para oportunizar mais interações lúdicas entre as crianças e/ou crianças e adultos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
 CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada “**AS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LÚDICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA**”, cujo objetivo é: analisar as contribuições das atividades lúdicas realizadas em um abrigo no município de Breves/PA para o desenvolvimento / formação das crianças em atendimento; e para participar é necessário que você leia este documento com atenção, uma vez que pode conter palavras que você não entenda, e que cabe a mim elucidar. Ressalto que sua decisão em participar deste estudo é voluntária e você não será pago por sua participação, assim como não terá nenhum custo. Assim sendo, caso decida participar, deverá assinar esse termo de consentimento. Contudo, poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

A pesquisadora responsável pelo estudo irá coletar informações fornecidas por você, através de entrevista gravada com a utilização de aparelho digital. Em todos esses registros um código substituirá seu nome. Todos os dados coletados serão mantidos de forma confidencial. Sua identidade não será revelada em qualquer circunstância e sua participação não envolverá desconforto ou riscos.

Os discursos coletados serão usados para a avaliação da pesquisa. Os dados também podem ser usados em publicações científicas pelo pesquisador sobre o assunto pesquisado. Estarão garantidas todas as informações que você queira, antes durante e depois da pesquisa e se você tiver alguma dúvida com relação à pesquisa, deve contatar o responsável pelo estudo (**Aline Souza** /Telefone: **(91)99255-1954**).

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão me acarrete problemas. Eu entendi que não haverá problema com relação à pesquisa e que a mesma não acarretará custos ou danos para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____ Data ____/____/____
 Assinatura do participante

_____ Data ____/____/____
 Assinatura do pesquisador